

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povofivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

A campanha de Lisboa de Diniz Maria!

Fomos esta semana surpreendidos pela entrada triunfante de um novo candidato à Câmara Municipal de Lisboa pelo PS: o Diniz Maria!

A candidatura do novel candidato foi anunciada com pompa e circunstância em pleno Centro Cultural de Belém, rodeada dos mais altos dignitários do Governo e do PS. O próprio Sócrates apadrinhou a candidatura, com um discurso vibrante sobre a necessidade de vitória nas próximas eleições autárquicas terminando com o mandato do PSD à frente da Câmara de Lisboa.

Diniz Maria foi, assim, entronizado como o salvador do PS, o único capaz de dar novo rumo a Lisboa, fazendo os alfacinhas esquecerem a gestão de Santana Lopes e Carmona Rodrigues.

O discurso de Diniz Maria levou os espectadores ao rubro da emoção, tocando fundo nos sentimentos de cada um. As lágrimas na assistência rolaram. Foi claro o sentimento de empatia entre o candidato e os presentes.

Não foi, é certo, um longo discurso, mas nem sempre os mais longos são os mais significativos. Ainda hoje, passada já uma semana, recordamos com profunda emoção o apelo do candidato: "Pa-pá, Pa-pá....."! Temos Homem!

O candidato encontrava-se bem seguro nos braços de sua mãe, Bárbara Guimarães, quando largou o seu grito de vitória.

Por coincidência, ou não, Diniz Maria tem tido um grande empurrão na sua campanha providenciado por sua mãe, que revelou recentemente uma nova vocação: é a voz de um conjunto de livros falados com as mais famosas histórias de criança, a publicar todos os sábados até às eleições, com o jornal "Expresso"...

Mas qualquer ajuda será bem vinda! É que, como já notaram todos os restantes candidatos, o seu discurso não tem grande conteúdo, nem demonstra minimamente o que pretende para Lisboa.

Além de que, contrariamente à ajuda que tem recebido de sua mãe, o seu pai, Manuel Maria Carrilho, em nada tem ajudado! O infeliz ainda pagou uns cartazes de publicidade ao seu filho, mas demonstrando a sua falta de jeito e de conhecimento de Lisboa, claramente sem o consultar. Em meia-dúzia de segundos, trocou de lugar o Castelo pelo Bairro Alto, por "questões estéticas" como confidenciou aos jornais...desmentindo de seguida qualquer política de grandes obras na Cidade, que tivesse em vista deslocalizar os principais bairros da Cidade; e em mais alguns segundos, não contente com a "ajuda" prestada, colocou nos cartazes umas belas imagens de...Almada!

Segundo se sabe, Diniz Maria já proibiu o pai de o voltar a ajudar!

Marques Mendes e a Europa



(Pag.2)

. Processo Autárquico do PSD avança

(Pag.5)

. Rui Rio e o túnel de Ceuta: «Incompetência!»

(Pag.12)

No Instituto Sá Carneiro

Debate sobre o referendo europeu: Marques Mendes defende o Projecto Europeu e a sua ratificação

No primeiro dia deste mês, o Instituto Sá Carneiro organizou, como habitualmente no Tivoli, um debate sobre o referendo europeu, moderado pelo Presidente do Instituto, João Bosco Mota Amaral e no qual participaram, além do Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, outras personalidades de vários quadrantes na opinião nacional, incluindo o general Loureiro dos Santos, António José Seguro, Mário David e Paulo Santos.

A encerrar o debate, falou Luís Marques Mendes, que felicitou Mota Amaral e o Instituto, «por esta iniciativa e por outras que sei que tenciona levar por diante nesta matéria importante de ajudar a esclarecer os cidadãos — os sociais democratas, em primeiro lugar, mas os cidadãos em geral — relativamente ao desafio europeu e ao Tratado que vai estar em processo de rectificação».

Cumprimentou os participantes no debate e também os embaixadores e outros membros do Corpo Diplomático, prosseguindo, como Presidente, e em nome, do PSD por algumas considerações sobre este processo, afirmando:

«A primeira, para vos dizer o óbvio — mas talvez o óbvio aqui seja importante — esta conferência, este colóquio decorre num momento em que temos uma atmosfera política qualitativamente diferente daquela que tínhamos há uns dias atrás. Depois do resultado do referendo em França, é inquestionável, é incontornável que há um dado novo, um dado qualitativamente novo e qualitativamente diferente do projecto europeu, e na abordagem do Tratado Constitucional Europeu.

«Em primeiro lugar os franceses decidiram ... obviamente que lamento, pessoalmente, aquele resultado; a primeira palavra que se deve ter é uma palavra de respeito. A soberania do voto popular deve ser respeitada, concorde-se ou discorde-se com a decisão. Mas acho que não se deve desvalorizar este resultado em França. É negativo e introduz dificuldades e dificuldades sérias. Não me parece que desvalorizar seja o bom caminho. «Como também não me parece que minimizar este resultado, atribuindo meramente e fundamentalmente a questões de política interna francesa, seja também a melhor solução. Não me parece.

«Parece-me que, ao contrário, é importante — já era antes, mas porventura o era ainda mais —



reflectir com serenidade, com ponderação e com sentido de responsabilidade relativamente, quer à evolução do projecto europeu, quer relativamente ao tratado Constitucional que está em curso.

«Julgo que há hoje em Portugal e na Europa em geral, um fenómeno novo que suscita preocupações e que deve ser encarado de frente. Há muitos cidadãos europeus que são firmes adeptos e convictos defensores do projecto europeu, mas que não se revêem neste Tratado e neste projecto de Constituição. Esta é uma verdade inquestionável. E não me parece correcto que o caminho seja meter tudo no mesmo conjunto e estar a confundir quem tem posturas desta natureza com aqueles que são adversários antigos ou adversários recentes do projecto europeu. Há diferenças e diferenças significativas.

«Digo-o com este à-vontade que sou um convicto do projecto europeu e apoio a ratificação da constituição Europeia. Faço-o com convicção e com determinação. Mas esta convicção e esta determinação, não me impedem de analisar todos estes factos com serenidade, sem sectarismos nem fundamentalismos.

«Se a Europa quer avançar e progredir duma forma segura, sólida e

sustentada, porventura tem que o fazer no futuro, de forma algo diferente do passado. Com uma maior ligação e aproximação aos cidadãos europeus, com uma postura mais aberta, porventura, com uma maior consideração, equilíbrio e ponderação nas suas decisões.

E julgo que neste momento, há uma dificuldade e que pode, de resto, ser acrescentada hoje mesmo, com outro referendo, noutra estado-membro da União Europeia. É óbvio que, se não devemos desvalorizar, também não devemos cair no extremo oposto: dramatizar.

Já não é a primeira vez que o projecto europeu se confronta com percalços e dificuldades e até com impasses. E teve sempre a mestria, o engenho e a arte para saber vencer programas, dificuldades e impasses.

«Este é o momento para fazer apelo também a um outro traço idiossincrático do projecto europeu: a jurisprudência da sabedoria e essa jurisprudência da sabedoria que seguramente nos dará a todos, aos líderes dos vários países em primeiro lugar mas aos cidadãos europeus e às instituições no seu conjunto, o engenho, a arte, a serenidade e o sentido de responsabilidade para ultrapassar este momento que não sendo dramático é

um momento sério e é um momento de responsabilidade para o projecto europeu.

O referendo em Portugal, aprazado para o Outono deve ser realizado

«A segunda palavra, sobre a questão portuguesa, a questão do referendo em Portugal. Portugal tem obviamente especificidades, como todos os outros países têm, é uma das riquezas do projecto europeu. As nossas especificidades são seguramente diferentes das especificidades que levaram ao «não» em França e que levaram ao «sim» aqui na vizinha Espanha, são as nossas próprias especificidades.

«É neste quadro que considero que o referendo em Portugal, aprazado para o Outono deve ser realizado. Estou à vontade porque o disse há um mês atrás, muito antes do referendo em França, embora já na eminência da probabilidade do resultado que veio a ocorrer. Julgo que devemos manter o referendo e não o adiar.

«Em primeiro lugar por respeito a nós próprios, por respeito aos outros, por respeito ao projecto europeu, não devem ser nem os franceses, nem os

No Instituto Sá Carneiro

Debate sobre o referendo europeu

holandeses, nem os ingleses a decidir pelos portugueses. A soberania do voto não se delega, exerce-se. E nós devemos cumprir, nós portugueses, com total autonomia, com total liberdade, cumprir o nosso caminho, cumprir o nosso dever. E por isso, o referendo deve ir por diante e os portugueses devem ser chamados a pronunciar-se. Julgo que é um momento importante.

«Já fui defensor, há anos atrás, da realização de um referendo sobre o projecto europeu. Contribuí até na Assembleia da República para votar uma resolução nesse sentido. Por vicissitudes que agora não vêm ao caso, esse referendo não foi por diante. Considero que foi uma oportunidade perdida.

Mas em qualquer circunstância, antes tarde do que nunca, este é um passo importante e eu julgo que a legitimação popular vai ser também factor de credibilidade para a nossa posição portuguesa na Europa e na construção do projecto europeu.

«Dito isto, gostaria, em terceiro lugar, de sublinhar o seguinte: não acho que esta Constituição Europeia seja perfeita — se é que há constituições perfeitas — e também não devemos a esse respeito acho que dramatizar. Começemos desde logo pela Constituição Portuguesa. Ela também está longe, muito longe de ser perfeita, e não parece, em particular, nos últimos anos, que tenha sido um grande entrave ao desenvolvimento do país.

«Acho que este Tratado Constitucional não é perfeito, nem no seu texto nem no processo que lhe deu origem e poderia, por ventura ser bastante melhor. «Mas acho, em qualquer circunstância — e é aquilo que temos pela frente —, acho que ele é



bom. Acho que ele é bom, em primeiro lugar pelo Mundo, é bom para a Europa e acho que é bom para Portugal. Acho que ele permite responder a dois dos desafios hoje mais sérios com que se confronta a Comunidade Internacional: em primeiro lugar o desafio da garantia da paz e da estabilidade; em segundo lugar, o desafio da globalização.

«Quanto ao primeiro, é óbvio que todos nós conhecemos os problemas sérios com que no domínio da garantia da paz da segurança e da estabilidade, com que se confronta a comunidade Internacional, basta olhar para a situação no Médio Oriente, para os

problemas em África, para a disseminação das armas de destruição maciça, para o flagelo do terrorismo internacional. São problemas sérios e não são problemas em abstracto, são problemas em concreto. Pensar que um país, por si só, por mais forte que seja, consegue ter uma resposta eficaz a estes problemas que são de todos nós, é uma ilusão.

«Só uma Europa forte, só uma Europa unida pode, de facto, ter uma resposta eficaz a problemas sérios, que são problemas nossos e que são problemas do nosso presente ou do nosso futuro. Só uma Europa unida, desde logo, no plano dos princípios: dos princípios da democracia, da paz, da solidariedade do respeito pelos direitos humanos; só com uma Europa unida, capaz de ter condições, meios e instrumentos para materializar estes desígnios de uma forma eficiente. E também aqui há uma linha de continuidade, no projecto europeu que importa sublinhar.

A globalização é um processo absolutamente irreversível e claramente importante

«Não é por acaso que surgiu primeiro a Cooperação Política Europeia. Mais tarde, em 92, a Política Externa e Segurança Comum e agora a Política Europeia de Segurança e Defesa. E é por isso que nesse plano dos princípios, dos meios e dos instrumentos para os materializar, acho que este Tratado é bom e é um passo positivo, um passo importante. Porque reforça a posição da Europa no Mundo,

porque cria condições para que a Europa possa agir e falar a uma só voz. E, dessa forma, para que a Europa tenha o estatuto de maior credibilidade para si própria e perante o mundo inteiro.

«O segundo desafio, o desafio da globalização. A globalização é um processo absolutamente irreversível e claramente importante. É uma dinâmica imparável. E eu julgo que é positivo, o caminho da globalização. Mas também, nenhum de nós tem dúvidas, nem nenhum de nós tem ilusões, que a globalização suscita novos problemas, acrescenta novas dificuldades. E, em particular, um risco novo: o de acrescentar exclusão à exclusão que hoje em dia existe na Europa. O que significa, por isso mesmo, a necessidade de termos uma Europa forte capaz de potenciar as vantagens da globalização, mas ao mesmo tempo de ter a prudência e os instrumentos para minimizar os riscos e os danos que ela envolve.

«E acho também nesse plano, este Tratado não resolve os problemas, mas dá os sinais e os instrumentos que permitem potenciar as vantagens e minimizar os danos. Porque os caminhos estão claros no sentido de se perceber que é possível e é desejável conciliar uma economia aberta e concorrencial com a defesa de preocupações sociais, importantes. Porque permite que a Europa tenha, aqui, alguma acção de «pilotagem» no próprio processo de globalização.

«E nesse plano também, um país como Portugal tem toda a vantagem em ter, de facto, o contributo numa Europa unida forte, capaz de ela própria ser factor de contribuição duma regulação neste processo de globalização.

«E, em terceiro lugar, qualquer organização precisa ser governável. Estamos numa Europa, hoje, a vinte e cinco países e, porventura, amais daqui a poucos anos. A Europa governa-se hoje pelas regras, algo provisórias, do Tratado de Nice.

«Julgo que, quanto mais tempo este carácter algo “provisório” se mantiver, pior será para a funcionalidade, para a governabilidade da União Europeia. «Esta disfuncionalidade coloca problemas e retira eficácia. E a governabilidade é hoje uma questão essencial. Não é o objectivo, mas é um instrumento absolutamente essencial. Uma Europa que quer ser eficaz no plano interno e credível no plano externo, tem que desde logo, ela própria ser ágil, flexível e capaz de ter governabilidade a sério, sob pena de não responder a tempo, ou a tempo e horas, e com a eficácia que se pede aos desafios que ela própria coloca como aos desafios essenciais e prioritários.

«E nesse plano, este Tratado, não sendo perfeito, é todavia bom e é positivo para criar condições de novas regras, de regras diferentes que garantam



No Instituto Sá Carneiro

Debate sobre o referendo europeu

outra eficácia ao projecto europeu, maior governabilidade a este ideal de uma Europa forte, e de uma Europa Unida.

«Aqui chegados, são mais duas ou três notas. Compreendo, além de conhecer, as críticas daqueles que estão contra este processo e que respeito. «Mas desde logo, três críticas que me parecem algo falaciosas: a crítica de que este processo conduz a uma perda de irremediável de soberania; a de que introduz uma prevalência grave do Direito europeu; ou, em terceiro lugar, a crítica de que cria um estado federal.

«Não parecem rigorosas e verdadeiras, estas críticas. Em primeiro lugar, acho que, em vez de se falar em perda de soberania é muito mais correcto falar-se de partilha de soberania. Isso tem existido, isso existe. No projecto europeu, neste Tratado constitucional. Mas esta partilha de soberania, julgo que é boa, julgo que é positiva em torno de objectivos maiores para a Europa e, através dela, para o mundo.

«Quanto à prevalência do Direito europeu, sinceramente, julgo que é uma crítica algo destituída. Desde logo no tempo, a prevalência do direito Europeu não é, nem uma realidade nova, nem uma realidade recente. Existe há pelo menos, 30 anos no projecto europeu.

«E quanto à terceira acusação: a do Estado federal, devo também ser directo. O projecto europeu tem



que estas críticas não têm o rigor e o carácter de verdade para serem de facto consideradas como as críticas verdadeiramente sólidas e fundamentadas a este processo. É por isso que sem prejuízo de tudo o que disse, considero que este tratado é bom para Portugal e por isso apoio a sua rectificação e acho que é bom para Portugal porque, eu permito reforçar, o peso, o estatuto, a voz e a credibilidade da Europa no Mundo. Um país pequeno como Portugal só tem a ganhar com uma Europa com uma voz mais forte no mundo inteiro.

«Não há nada a fazer à nossa pequenez territorial. Mas um país pequeno não tem que ser necessariamente um país irrelevante.

Em segundo lugar, porque acentua, de facto, a prevalência do interesse e do método comunitário por contraponto a tentações e tendências (??), intergovernamentais que não são boas e que não são boas, desde logo, para Portugal. Porque o equilíbrio alcançado no poder de decisão dos vários Estados, acho que é um equilíbrio importante e também serve os nossos desígnios. Porque a própria marca do peso da CE que é um traço idiossincrático do projecto europeu é bom para a Europa e é bom para Portugal. E uma preocupação de anos. É de uma maior intervenção dos parlamentos nacionais e, através deles, dos cidadãos europeus no processo da construção europeia teve neste Tratado, um avanço importante.

«Não podemos estar o tempo todo a reclamar, a reivindicar. E quando as soluções se obtêm, ainda que não perfeitas — mas o óptimo é inimigo do bom — estamos a deitar tudo por terra.

«Julgo que por todas estas razões esta Constituição e este Tratado é um passo importante para o Mundo, a Europa e o nosso País.

«E por isso, concluo com esta palavra: o Referendo deve ser feito, o debate deve ser realizado

«E aqui, está a ser dado um contributo importante para isso. Um esclarecimento tem, naturalmente, que ser produzido. E é importante fazer com que os cidadãos, os líderes de opinião, os meios de comunicação social, ajudem nesta tarefa.

«E sobretudo, em obediência a esta última questão, julgo que é importante que o referendo, em Portugal, se faça e tenho a convicção de que a vitória do «sim» no referendo é também factor de reforço da credibilidade de Portugal na Europa.

«Julgo que Portugal só ganha em ter uma participação grande neste referendo e, do meu ponto de vista, com todo o respeito por opiniões contrárias e diferentes, a vitória do «sim» é uma vitória que está de acordo com os nossos valores e que serve os nossos interesses.

«Os nossos valores de convicção no projecto europeu, os nossos valores

ponto de vista, em realizar o seu referendo, em ter uma participação importante no referendo europeu e a vitória do «sim» reforçará a nossa credibilidade.

«Com mais esta nota adicional: as questões europeias começaram por ser há muitos anos, para nós, portugueses, questões decisivas de política externa. Hoje há uma mudança qualitativa essencial. Para além de serem questões importantes de política externa, a Europa é cada vez mais uma questão de política interna, cada vez mais. O que significa a necessidade dos portugueses todos, no seu conjunto, do norte a sul do País se sensibilizarem para esta realidade.

«Compete-nos a nós passar esta mensagem e compete-nos a nós explicar que não há soluções perfeitas, o «óptimo é sempre inimigo do bom», mas que este é um bom passo, um passo importante. Digo com a determinação de quem acredita no projecto, com a prudência de quem sabe os sinais de problemas e de dificuldades que estão aí à nossa frente. Mas é nestes momentos capitais, que tem que haver a coragem para seguir o rumo, que tem que haver uma convicção forte, que tem que haver um apelo à tal jurisprudência da sabedoria, para vencermos as dificuldades, para ultrapassarmos os problemas.

«E é sempre desta forma. Foi assim no passado, há-de ser assim no presente e no futuro que, também desta forma, vencendo os problemas e as dificuldades, fazendo apelo à nossa sabedoria, é desta forma que sempre se reforça o projecto europeu.

«É nisso que eu acredito. É esse contributo que eu e o partido que me honro de dirigir, quer dar para este combate, sendo certo que, não sendo um desígnio partidário, é sobretudo e muito importante, um grande desígnio para Portugal.

«Muito obrigado». - PL, LMM



características federais, mas já o tem tido até ao momento.

«O Euro, a moeda única europeia é o exemplo por ventura, mais acabado, mais notório.

«Não há nada a fazer à nossa pequenez territorial. Mas um país pequeno não tem que ser necessariamente um país irrelevante»

«Mas daqui, partir-se para a conclusão de que estamos a criar um estado federal, julgo que vai a distância toda do mundo. E por isso me parece



democráticos, os nossos valores de solidariedade, os nossos valores de paz, mas também os nossos interesses de prosperidade, de desenvolvimento e de contribuição para uma Europa que seja factor de unidade e que seja factor de credibilidade no mundo inteiro.

«Por isso, Portugal ganha, do meu

Em Portimão, com a candidatura de João Amado

Foi numa sala com cerca mais de 600 militantes e simpatizantes da candidatura de coligação à Câmara de Portimão, que decorreu o jantar de confraternização, durante o qual, na presença do Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, foi assinado o protocolo de coligação entre PSD, CDS/PP, PPM e o MPT - designado "Coligação Portimão Primeiro", que é protagonizada por João Amado.

O referido protocolo foi assinado pelos líderes regionais: Mendes Bota, Francisco Paulino, Carlos Guedes e José Fernando Vieira.

Neste jantar, João Amado, contou com a presença e o apoio das concelhias vizinhas, bem como de Joaquim Piscarreta e Valentim Rosado (candidato em Lagos), de certo modo, já "históricos" do PSD no Algarve.

Feita a apresentação e tecidas considerações, foi a vez de João Amado subir ao palco.

O candidato começou por se dirigir à família e depois aos presentes, para em quatro considerações distintas dizer, primeiro, que "os grandes responsáveis pela coligação são Pedro Martins e Carlos Silva", respectivamente, os presidentes das concelhias do PSD e CDS-PP, pois foi, "pela sua coragem e tenacidade de bons timoneiros, que os dois grupos políticos se uniram"; Segundo, para dizer que "Jaime Dias será o número dois" da sua lista; Terceiro, que tem "uma visão global e conecta do concelho", e neste ponto referiu-se a várias necessidades, nomeadamente "à planificação urbanística, à intervenção na área social, nos espaços verdes e no trânsito, entre outros elementos que afectam os portimonenses.

Por último, lançou um repto ao actual presidente da Câmara, "para que se pronuncie, sobre a necessidade de construção do Hospital Central e do curso universitário de Medicina", e ainda, quanto ao "campus" universitário de Portimão. O seu discurso terminou com um enorme aplauso reforçado pelo apoio sempre entusiástico da JSD de Portimão.

Fala Marques Mendes

Já noite dentro, falou Luís Marques Mendes, que louvou a coragem, honestidade, firmeza de carácter e de coração do candidato, referindo-se à disposição de João Amado para servir a cidade, ao contrário de outros que se servem dos cargos. Por último apelou, repetidamente, para que os presentes passassem ao resto da comunidade portimonense, a mensagem de



mudança que é preciso operar em Portimão, a qual só pode ser feita, com um homem de carácter, como João Amado.

«Uma das virtudes maiores da democracia é que é o regime da alternância democrática, alternância no poder. Ao fim de 30 anos no poder, o PS, é certo que têm mudado de pessoas, mas são sempre os mesmos. Eles actuam com tanta arrogância, porque já acham que Portimão é uma propriedade privada e uma coutada dos socialistas. Estão enganados».

«Neste jantar foi distribuído um questionário em que se perguntava às pessoas quais são os maiores problemas do concelho. Eu vi uma das respostas de uma das pessoas presentes nesta sala. A pergunta formulada sobre qual é o maior problema do município, a resposta foi esta: o maior problema é o dr. Manuel da Luz, actual presidente. É justamente para ultrapassar esse problema que todos estamos aqui».

Voltando-se para as circunstâncias nacionais e referindo-se à onda de assaltos nas praias da linha do Estoril, Marques Mendes aconselhou o Governo a dar "uma prioridade absoluta ao policiamento nas praias", considerando que as notícias de incidentes como o de sexta-feira em Carcavelos podem prejudicar o sector turístico.

"É preciso dar uma prioridade absoluta ao policiamento das nossas praias, designadamente aqui no Algarve, porque de outra forma estas notícias são notícias contra o Turismo nacional", disse, durante um discurso em Portimão.

Estas notícias, que depressa se propagaram no estrangeiro, são notícias contra o turismo português "e a favor de outras paragens", classificando de "seríssimo" o problema ocorrido a meio da tarde

de sexta-feira no areal de Carcavelos.

Contudo, recusou fazer "uma única crítica ao Governo", por se tratar de "questões demasiado sérias para serem objecto de críticas".

Também sobre outros acontecimentos de actualidade, o líder do PSD criticou as "elevadas pensões" pagas pelo Banco de Portugal "por cinco ou seis anos de trabalho", argumentando que o banco central "não pode ser um Estado

"não fica resolvido meramente com a questão da acumulação ou não acumulação".

"Ou o Estado e o Governo dá o exemplo, ou não dá o exemplo e isso é uma profunda injustiça para todos".

Marques Mendes criticou a chamada "política de contenção" do Governo, que considerou baseada no aumento de impostos, sustentando que o Executivo chefiado por José Sócrates está a fazer com que sejam "as pessoas, os funcionários públicos, as empresas, a pagarem o desperdício do Estado".

Mencionou, a propósito a "incapacidade e falta de coragem do Governo em tocar no que deve ser tocado", e considerou ser "a dimensão do Estado, gigantesca, perdulária e gastadora".

Quantificando tal crítica, observou que as medidas tomadas pelo Governo implicam uma diminuição da despesa, este ano, em 125 milhões de euros, contra um aumento de receita de 710 milhões de euros devido aos aumentos dos impostos.

Segundo o líder do maior partido da oposição, esse desequilíbrio manter-se-á nos próximos anos, já que até 2009 os impostos acrescidos



dentro do Estado" e que tais pensões são injustas, porque "o Estado deve dar o exemplo".

"Eu não considero justo que uma pessoa que está cinco ou seis anos no Banco de Portugal ou seja lá onde for, ao fim de tão pouco tempo ter uma pensão tão elevada", disse, aduzindo o exemplo do ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha, que "recebia mil e muitos contos".

Considerou que o assunto da acumulação dos cargos políticos e das pensões "não está encerrado", pois

representarão 12.000 milhões de euros, contra uma diminuição de despesa de apenas 7.000 milhões de euros.

"O Estado gasta demais, é grande demais, tem serviços a mais, que deveria extinguir e passar para a iniciativa privada e social", concluiu, sustentando que o Governo tem "falta de coragem" para reduzir a dimensão do Estado, "para ser mais pequeno, mais forte e mais eficiente". - **Gab. Coligação, Lusa e Povo Livre**

Em Olhão, com a candidatura de Isabel Luz



Em Drancanes (Olhão Norte), o presidente do PSD, Luís Marques Mendes, esteve presente na apresentação da candidata à Câmara daquele Concelho, acompanhada pelo Presidente da Distrital, Mendes Bota, o Presidente da Concelhia e outros elementos ligados ao nosso Partido, incluindo representantes da JSD e dos TSD locais.

A candidata, Isabel Luz, advogada em Olhão, estabelecendo os motivos da sua candidatura, teve um discurso claro e realista, sem promessas eleitorais extravagantes. Foi sóbria e directa, ao afirmar que considera uma honra ter sido convidada pelo PSD, para liderar este projecto, e sentir que nunca foi posta em causa a sua qualidade de independente, que muito pelo contrário, sempre foi respeitada.

Disse também que «aceitei, por me ter identificado desde logo com a proposta de renovação que me foi apresentada, apostada na mudança, traduzida essencialmente na seriedade e credibilidade, como base para o trabalho a desenvolver no concelho.

«Eu e todos nós temos conhecimento dos problemas existentes no concelho, não porque nos seja prestada toda a informação e esclarecimento a que temos direito, mas essencialmente, porque os problemas afectam todos, e cada um de nós.

«Desde sempre me preocupei ao verificar que os anos vão passando os outros concelhos desenvolveram-se e o nosso? O nosso cada vez mais se distancia, o nosso é cada vez mais conotado como um dormitório, sem verdadeiras políticas de

desenvolvimento económico, sem aproveitamento dos recursos existente, sem qualquer investimento no turismo, e porquê meus amigos? não porque não tenhamos condições, mas essencialmente por falta de visão estratégica».

Afirmou que Olhão conta quase 30 anos de exclusiva responsabilidade política do PS, que vem desenvolvendo uma política de promessas, nunca concretizadas, sem visão estratégica, sem perspectivas integradas de desenvolvimento, quando o que faz falta é uma boa gestão, uma gestão que saiba tirar partido dos recursos existentes.

Para além do abandono dos imensos recursos naturais na área do Turismo, nada tem sido feito para apoiar os e viveiristas, nem a antigamente grande e próspera indústria conserveira. As tradições locais têm sido abandonadas, a construção é desenfreada, o crescimento é desordenado, não se respeitam as fachadas antigas, Olhão está descaracterizada, é patente, o desleixo da edilidade em relação à conservação do património histórico urbanístico da zona antiga de Olhão, o comércio não só não evoluiu, como tem vindo a regredir.

«E a segurança?» - perguntou - «Os moradores são constantemente assaltados, dentro das suas casas, os transeuntes, surpreendidos em pleno dia, os comerciantes com montras partidas e objectos furtados dentro dos seus estabelecimentos».

E mais adiante, afirmou: «Em todo o conselho é sentida a falta de infra-estruturas de apoio à primeira infância e idosos, em todas as famílias, decerto há uma criança que necessita de frequentar

o infantil e os pais, desesperam porque não conseguem vagas. Há decerto um idoso que necessita de uma vaga num lar, vaga essa que nunca chega. As pessoas, precisam de trabalhar, não têm com quem deixar as crianças ou os idosos, é desesperante.»

A candidata assegurou que tudo fará para que, «... aqueles que deram o seu contributo, que já trabalharam, já se sacrificaram uma vida inteira e merecem terminar os seus dias com dignidade, tenham a atenção merecida, sendo certo que todas as medidas tomadas neste sentido serão não só em benefício dos nossos idosos, mas também servirão de incentivo a todos quantos se encontram actualmente no activo e lutam pelo seu futuro»

Referindo-se aos problemas da Saúde, lembrou as dificuldades que passa, quem é obrigado a deslocar-se ao centro de saúde de Olhão. E perguntou: «Que medidas têm sido tomadas no sentido de pressionar as entidades competentes

para Olhão. É esta a nossa proposta, é esta a minha postura. Podem contar comigo, eu conto com todos vós!»

Marques Mendes refere o seu apreço pela candidata e pelo seu projecto

Após as diversas intervenções, foi a vez do Presidente do Partido falar aos presentes, tendo referido que todos os combates lhe merecem todo o apoio, assim como, todos os candidatos do PSD lhe merecem toda a confiança.

Justificou a sua vinda afirmando que «como já tenho dito em circunstâncias semelhantes, devo estar mais presente onde os combates são mais difíceis e arriscados e ainda porque os sociais-democratas de Olhão merecem mais apoio, mais incentivo e mais estímulo.»

Afirmou a sua satisfação e honra, por ser a primeira vez que o Presidente do Partido comparece num acto desta



para alterar esta situação? Merecemos mais!»

E afirmou: «Meus amigos, podem contar comigo, contem com a minha vontade de agir, contem com a minha iniciativa, com acção, não com meras promessas, essas ficam para quem não tem vontade de agir. Este conhecimento, aliado à vontade de trazer de volta à política a credibilidade e a seriedade que os nossos concidadãos nos merecem, uma política que sirva os interesses da população, uma vez que a política deve estar ao serviço do concelho, da população que elege os políticos e nunca ser exercida em proveito de quem é eleito.»

Já a terminar, pediu: «Recordem-se que estão perante uma pessoa que nasceu, cresceu, vive e viverá em Olhão,

natureza no concelho de Olhão., para em seguida referir o pareço pela candidata, Dra. Isabel Luz, que sente ter ficado a conhecer melhor, pela breve troca de impressões durante o jantar e pelo discurso produzido antes.

Foi um discurso que qualificou de «simples, sóbrio, de quem conhece os problemas do concelho e as respectivas soluções».

Ainda em alusão ao discurso da candidata, elogiou o facto de não ter feito promessas e de não ter falado «polítiquês», mas sim utilizado palavras que exprimem ideias que todas as pessoas entendem.

Afirmou que «na política como na vida deve-se ser verdadeiro, vivendo os problemas de forma a tornar mais nobre a vida política».

Cumprimentou a candidata por não

ter feito promessas como fez o actual governo, que está a fazer tudo ao contrário depois de ter vencido as eleições de Fevereiro.

Elogiou ainda o discurso da candidata pelas suas ideias, determinação e energia para ajudar o município a mudar.

Apesar de não conhecer profundamente Olhão, alertou para o facto de Olhão, ao longo das décadas de poder socialista, ter vindo a perder força e influência, tornando-se numa cidade dormitório sem autonomia nem identidade próprias.

Referiu a acomodação e instalação do actual executivo, que por sua vez pensa nele próprio, nos seus interesses e na sua figura política, descurando os interesses dos municípes.

Em forma de recado ao actual executivo, alertou para o facto de a vida política só fazer sentido, não quando se ocupa ou se exhibe um lugar, sinónimo de arrogância, mas sim quando se exerce um mandato com um projecto, com ideias concretas, em prol da população.

Apelou ao voto na mudança e na renovação, junto de todos, mesmo daqueles que não são do PSD, nem nunca votaram no PSD. Essas pessoas

não necessitam de mudar de convicções, existe sim uma necessidade de mudar as pessoas que estão no executivo.

“Nesta eleição o que está em causa é muito mais do que uma mudança de partido, é a mudança das pessoas – trocar a rotina desgastada, de muitos anos, pela energia e pelo espírito de iniciativa de uma juventude amadurecida como é a da nossa candidata”.

Enalteceu a decisão da candidata em trocar a sua vida profissional, familiar e tempos de lazer, por uma vida de dedicação à causa comum, de agitação política, de incompreensões e preocupações quotidianas, “e só por isso já, à partida, ganhou o respeito de todos, por pensar no interesse público e não nos seus interesses particulares, como a honestidade com honradez, serenidade, serenidade e rigor que a Dra. Isabel Luz evidencia.”

Apelou ainda à motivação na campanha e ao apoio de todos os militantes e simpatizantes, à candidatura, para explicar aos demais cidadãos deste concelho que o investimento que se atrai para Olhão não tem marca política, mas sim a marca de uma autarca dinâmica, com espírito de iniciativa e capacidade reivindicativa.

Responsabilizou todos pela transmissão da mensagem política que a candidata lhes passou, nomeando-os como embaixadores da sua mensagem.

Mencionou ainda o facto da candidata, nas próximas eleições autárquicas contar, infelizmente e por acidente, com “uma ajudazinha nacional”, pois o actual governo, que após quase quatro meses das eleições, esta a fazer exactamente tudo ao contrário do prometido aos portugueses, o que só causa frustração e desilusão, pois foi-lhes prometido que não iam “mexer” nos impostos” e aumentam-nos, foi-lhes prometido mais emprego e aumenta o desemprego...

“Verdadeiramente o que o governo realmente está a fazer é retirar o dinheiro do bolso dos Portugueses”.

Falou ainda da necessidade de criar, nas pessoas, outra esperança, outra confiança, outra expectativa, apresentando o PSD a nível local e nacional como a alternativa, a esperança e a confiança num ambiente melhor.

“Portugal não é um país condenado ao insucesso, os portugueses não são piores que os outros – precisamos de uma linha de rumo, precisamos de ter

credibilidade, precisamos de políticos sérios”, afirmou.

Sublinhou também – e mais uma vez – a sua confiança na candidatura de Isabel Luz, na união e mobilização, afirmando que foi bom “ter vindo a Olhão”, onde encontrou uma candidata que “brilha pela sua juventude, pela sua pureza de princípios e de valores. A pureza de servir os outros, os valores da solidariedade, mas de forma humilde, que chega até todos” e terminou apelando ao engenho, arte e dedicação de cada, um neste combate, numa campanha cheia de alegria, entusiasmo e optimismo, “pois para nós, sociais-democratas, as coisas difíceis são as mais motivadoras.”

Despediu-se dizendo que faz apelo ao bairrismo da terra de Olhão, e um apelo ao orgulho dos olhanenses, referindo que tão cedo não se esquecerá da sua vinda à família social-democrata de Olhão, agradecendo ao Presidente da Concelhia e reforçando que não se esquecerá desta candidatura e da candidata esperando, confiante, que no dia 9 de Outubro possa ver uma alegria ainda maior, no seio desta família social-democrata. – **Gab. Candidatura, PL**

Em Évora, Marques Mendes apresenta as candidaturas do Distrito

No dia 9, no Hotel da Cartuxa, cuja maior sala de conferências foi pequena para acolher as centenas de simpatizantes e militantes que ali compareceram, foi feita a apresentação dos candidatos às próximas eleições autárquicas às quais o PSD apresentará listas próprias em todos os concelhos do distrito de Évora, tendo o recurso a coligação com outras forças políticas cabimento nos casos de Mourão (CDS/PP), Montemor-o-Novo (CDS/PP) e Vila Viçosa (PPM).

O objectivo que o PSD se propõe conseguir é o da substituição do maior número de autarcas de outras forças políticas que, devido ao esgotamento das soluções já experimentadas sem sucesso, à falta de novas ideias e ao imobilismo a que se entregaram, conduziram à crescente degradação social e económica que marca a maioria dos concelhos do

distrito de Évora, com perdas de investimentos, população, vitalidade, importância, protagonismo; e com aumento do desemprego e fuga de jovens quadros qualificados.

Urge fertilizar o potencial de criação de emprego no âmbito do turismo decorrente de Alqueva e do património histórico edificado, no domínio industrial associado aos recursos naturais existentes no solo e subsolo, à transformação dos produtos regionais e à fileira electrónica, ao potencial logístico decorrente da localização estratégica, face às redes rodoviária e ferroviária existentes e projectadas.

Neste contexto, assumem importância a qualidade dos serviços municipais, a revisão e adequada aplicação dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, em especial

o urbano, com vista à limitação e entrave à especulação imobiliária, a construção de equipamentos de apoio à qualidade de vida.

No fundo, à criação de ambientes locais e regionais favoráveis à atracção de recursos humanos e financeiros, indispensáveis ao processo de desenvolvimento económico e social do distrito de Évora, tarefa em que o poder local assume papel decisivo.

Só com autarcas que encarem a acção política com espírito de missão e enquanto serviço público, sustentada em sólidos princípios e valores e não em ziguezagues ditados pelas conveniências pessoais, grupais e partidárias, será possível a realização do progresso para todos os alentejanos e, obviamente para todos os portugueses.

A intervenção do Presidente do Partido, centrou-se sobre o que tinha sido conseguido: candidaturas credíveis e com possibilidade de conquistar algumas Câmaras.

Marques Mendes pediu que o comportamento dos candidatos seja dignificante da prática política, que façam «Política com ética», lembrando o número de independentes que aceitaram ser candidatos pelo PSD e afirmando que os casos das concelhias com coligações, são prova da abrangência do PSD

Lembrou aos candidatos que «Não devem prometer coisa alguma que não tenham a certeza de poder cumprir, em contraste com o Partido Socialista, que prometeu o paraíso, e depois de chegar

ao governo, nada faz!»

Perfil dos candidatos do Distrito

É este o perfil dos candidatos à presidência dos Municípios e das respectivas Assembleias Municipais, e que a seguir nomeamos:

ALANDROAL

Presidência:

Núria Carla Ramires Cebola Gomes, de 24 anos, Advogada, Presidente da Secção PSD-Alandroal, praticante de Artes Marciais com vários títulos nacionais e estrangeiros. Frequenta o Mestrado em Ciências do Trabalho, sendo membro da Assembleia Municipal de Alandroal desde 2001.

Assembleia Municipal:

Paulo Jorge Pires Jaleco, 39 anos, Médico Cirurgião no HESE, dirigente e médico de diversas associações desportivas e recreativas, foi Director do Hospital de Serpa, fundador do núcleo de Rugby de Juromenha e Presidente da Direcção do Juventude Sport Club de Évora.

ARRAIOLOS

Presidência:

Rui Manuel Herdadinha, de 40 anos, Licenciado em Gestão Bancária, Presidente da Secção PSD-Arraiolos, funcionário bancário, consultor do ramo fiscal e contabilidade, foi professor em Portel, Arraiolos e Montemor-o-Novo,



Director da Sociedade Filarmónica União Arraiolense, do Lusitano Clube Desportivo União Arraiolense, Secretário da Direcção e actualmente Presidente da Assembleia Geral da AH dos BV de Arraiolos.

BORBA

Presidência:

Manuel Joaquim Letras Vivas, 48 anos, Arquitecto, Professor do Ensino Secundário, com actividade liberal como Arquitecto, foi responsável técnico e consultor em várias empresas nacionais de construção e reabilitação habitacional, turística e de planeamento urbano.

Assembleia Municipal:

Maria João Barroso Lopes Cavaco 32 anos, Jurista, Independente, advogada, desenvolve actividade profissional no ramo da gestão de conteúdos e meios de comunicação social, tendo sido jornalista e animadora da Rádio Borba e membro da Assembleia Municipal de Borba.

ESTREMOZ

Presidência:

Joaquim Miguel Pimenta Raimundo, 44 anos, advogado, Presidente da Secção PSD-Estremoz e Presidente da Ass. Municipal de Estremoz.

Foi Vereador da CM de Estremoz, Deputado à Assembleia da República, Presidente da AG da Ass. de Futebol de Évora, Presidente da AG dos Bombeiros Voluntários de Estremoz, Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados na Comarca de Estremoz, Vice-Presidente do Clube de Futebol de Estremoz, e do Centro de Bem Estar Social.

Assembleia Municipal:

João Branco de Brito Tavares, 52 anos, Médico Veterinário, Independente

Presidente da Associação de Criadores de Ovinos da Região de Estremoz (ACORE) e Presidente da Comissão organizadora da Feira Internacional Agro Pecuária de Estremoz (FIAPE) em várias edições, Administrador da Empresa Municipal de Desenvolvimento Económico do concelho de Estremoz (EDECE-EM), foi membro da Assembleia Municipal de Estremoz.

ÉVORA

Presidência:

António Costa Dieb, 39 anos, Sociólogo, Gestor de uma entidade privada de âmbito nacional com sede no Alentejo, foi técnico de formação, formador, assistente comercial, chefe de recursos humanos, adjunto de direcção, director e consultor de várias empresas. Presidente da Secção PSD-Évora e da CP Distrital PSD-Évora e membro eleito do Conselho Nacional do PSD, foi Presidente da Ass. de Estudantes da Universidade de Évora, membro da Direcção do Centro Desportivo Universitário de Évora, membro do Conselho Geral dos Serviços Sociais e da Assembleia da Universidade de Évora, membro de várias organizações associativas.

Assembleia Municipal:

José Palma Rita, 40 anos, Sociólogo, Técnico Superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional, foi Delegado Regional do Alentejo do IEFP, Director do Centro de Emprego de Évora, Docente Universitário e do Ensino Superior, coordenador, consultor e avaliador em projectos europeus e da Comissão Europeia, colaborador de órgãos da imprensa escrita regional e nacional, de várias revistas técnicas e científicas. É coordenador da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Évora.

MONTEMOR-O-NOVO

Presidência:

José Claudino Trejeira, 70 anos, Capitão na Reserva, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo no 3º mandato consecutivo e sub-director do jornal regional "O Montemorense", foi Vereador na Câmara Municipal, Presidente do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo, co-fundador e membro do Agrupamento de Escuteiros.

Assembleia Municipal:

Maria de Lurdes Vacas de Carvalho, 51 anos, Economista, desempenhando funções públicas na área do comércio, foi professora do Ensino Secundário, adjunta do Gabinete do Ministro da Agricultura, docente da Escola Superior Agrária de Santarém, dirigente de Associação de Desenvolvimento Regional, administradora de empresa de capitais públicos, empresária comercial e gerente de sociedade agrícola. Presidente da Secção PSD Montemor-o-Novo, foi membro da Assembleia Municipal de Santarém durante 2 mandatos.

MORA

Presidência:

António Maria de Castro Franco, 52 anos, Empresário Industrial, Vereador do PSD na CM de Mora (pelouro dos mercados e feiras), membro dos órgãos sociais de: SCM de Mora, Luso Futebol Clube Morense, Grupo de Amadores de Pesca Desportiva do Raia, Associações de Caçadores do concelho de Mora, BV de Mora, BV de Cacilhas, Sociedade recreativa Estrelas do Feijó, comissão nacional de trabalhadores do Banco Totta & Açores.

Assembleia Municipal:

Manuel Salvador Correia Viana, 51 anos, Economista, Independente. Professor dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, é deputado à Assembleia Municipal de Mora desde 1986. Foi Director Pedagógico da Escola Profissional Manuel Ribeiro (Pavia), membro do CD da escola EB 2/3 de Mora, Presidente do Conselho Fiscal da SCM de Mora e da Direcção do Luso F.C. Morense.

MOURÃO

Presidência:

António Maria Antunes, 62 anos, Empresário Agrícola, Independente. vereador pelo PSD na Câmara Municipal de Mourão, Presidente da Cooperativa Agrícola Fomentadora

Mouranense, fundador da Associação de Agricultores de Mourão e da Associação de Solidariedade Social Mulher e Mãe, foi Presidente da Junta de Freguesia de Mourão de 1990 a 1993.

Assembleia Municipal:

José Pedro Pires dos Reis, 46 anos, Economista, Empresário da consultoria em gestão de empresas, desempenhou funções de responsabilidade em empresas de

dimensão nacional e internacional nos ramos da auditoria e consultadoria.

REDONDO

Presidência:

Rafael Morais Cardoso, 65 anos, Empresário Agrícola, Independente, Vereador pelo PSD na Câmara Municipal de Redondo (pela 3ª vez), Regente Agrícola de formação, foi e continua a ser dirigente associativo em diversas entidades do sector agrícola: Presidente da Direcção da Fenadegas e

Luis Filipe Campos Braga 49 anos, Arquitecto, Docente do Ensino Secundário e artista plástico, foi arquitecto consultor da CM de vendas Novas durante 15 anos, autor de diversos planos urbanísticos e edifícios. É líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas.

Assembleia Municipal:

Custódio Vale de Gato 52 anos, Engenheiro Electrotécnico, Adjunto do Secretário de Estado do tesouro e das Finanças do XV Governo constitucional, foi administrador executivo de várias empresas financeiras e professor do Ensino Secundário. É membro da Assembleia Municipal de Vendas Novas.

VIANA DO ALENTEJO

Presidência:

António Costa da Silva, 36 anos, Economista, Vice-Presidente da



da Adega Cooperativa de Redondo, Director da Associação de Agricultores do Distrito de Évora e da Confederação de Agricultores de Portugal (CAP).

Assembleia Municipal:

João Gonçalo Morais Tristão, 43 anos, Empresário Agrícola, Presidente da Secção PSD-Redondo e membro da Assembleia Municipal de Redondo pelo PSD, é empresário e dirigente associativo e cooperativo no sector agro-industrial. Jurista de formação, exerceu advocacia em Lisboa mais de uma década.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Presidência:

Rogério Paulo Carreiro, 41 anos, Engenheiro Civil, Independente, Técnico Superior da CM de Reguengos de Monsaraz em regime de licença sem vencimento, perito avaliador de imóveis da CGD, Assessor da Câmara Municipal de Portel, vice-presidente do núcleo do Sporting de Reguengos de Monsaraz e membro do Conselho Fiscal da Sociedade Artística Reguenguense.

Assembleia Municipal:

José Domingos Janes da Costa, 57 anos, Aposentado, Funcionário da Direcção-Geral de Impostos, Adjunto/ Chefe de Repartição de Finanças de Reguengos de Monsaraz, membro do Conselho Fiscal da Sociedade Artística Reguenguense.

VENDAS NOVAS

Presidência:

CCDRA, foi consultor e sócio-gerente de diversas empresas e entidades na área do desenvolvimento regional, adjunto e chefe de gabinete do Governador Civil do distrito de Évora, Presidente da Secção PSD-Viana do Alentejo.

Assembleia Municipal:

Margarida Mariana Pinto Alfacinha, 38 anos, Economista, Bancária há vários anos, com experiência profissional nas áreas da informática e da contabilidade, é vice-presidente da mesa da Assembleia Distrital de Évora do PSD, tendo sido membro da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo.

VILA VIÇOSA

Presidência:

Nuno da Câmara Pereira, 54 anos, Engenheiro Técnico Agrário, Presidente do PPM. Deputado à AR na X Legislatura, Presidente da Ass. de Socorro e Amparo, Presidente da Associação do Conselho de Nobreza, foi Técnico do Ministério da Agricultura, dirigente do Sindicato Nacional dos Engºs Técnicos Agrários e vice-presidente da Cruz Vermelha de Sintra.

Assembleia Municipal:

Josué António Almeida Bacalhau, 53 anos, Advogado, Consultor de empresas nacionais e estrangeiras nas áreas jurídica, gestão financeira e contabilística, é Presidente da Secção PSD-Vila Viçosa, tendo sido Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa.



Intervenção sobre o rendimento social de inserção

Deputado Adão e Silva
Assembleia da República, 3 de Junho 2005



(...)

O rendimento social de inserção, enquanto prestação incluída no subsistema de solidariedade do sistema público de segurança social, instituiu-se como instrumento de combate à pobreza extrema dos cidadãos e das famílias, quer pela via da disponibilização de montantes pecuniários variáveis, quer sobretudo pelo estabelecimento de mecanismos e de acções de integração social e laboral dos seus beneficiários.

Num País como Portugal, ganha redobrada importância a existência desta prestação social.

Com efeito, não podemos ignorar os níveis de pobreza e de exclusão social que ainda se verificam, claramente desviantes da generalidade dos nossos parceiros europeus.

Para o Partido Social Democrata é

importante que na sociedade portuguesa todos os cidadãos, sem excepção, usufruam de uma inequívoca igualdade de oportunidades e possam ter uma activa participação cívica.

Por outro lado, atendendo à natureza do rendimento social de inserção, o Partido Social Democrata reafirma que ele deve ser um instrumento de promoção da justiça, da solidariedade e da equidade social.

Por isso, entendemos como oportuna a introdução de alterações na actual Lei 13/2003, tendo em vista melhorar a sua operacionalidade e a sua eficácia, tanto na atribuição da prestação, como nos mecanismos de integração cívica dos beneficiários e ainda no que tem a ver com a prevenção de abusos e de uma utilização sem qualquer eficácia, senão mesmo contraproducente, no que toca à integração dos destinatários.

Assim, estamos de acordo com a revogação do artigo nº.13 da actual lei, que refere os “vales sociais”, instrumento de duvidosa eficácia sócio-integrativa e que, como é sabido, nunca foi devidamente regulamentado.

Assim como percebemos a imperiosidade em alterar o disposto no artigo 15, quando se refere ao período que serve de base ao cálculo da prestação, tornando mais actuante e realista a atribuição do rendimento social de inserção.

Por outro lado, estamos de acordo com todas as medidas que assegurem uma mais rigorosa fiscalização da atribuição desta prestação social, até para prevenir uma certa suspeição generalizada sobre o acerto da sua atribuição, que nasceu e se

desenvolveu fruto de um deliberado voluntarismo e de uma ingénuvel permissividade que ficou patente, entre os anos 1997 e 2002.

(...)

Por outro lado, não podemos deixar de frisar que não estamos de acordo com aquelas propostas de alteração oriundas tanto do Governo através da sua Proposta de Lei, ou às que constam dos Projectos de Lei do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista; que são inequivocamente promotoras de mecanismos de facilitismo, de laxismo, de uma descontrolada ou mal fiscalizada atribuição do rendimento social de inserção.

Não podemos dar a nossa concordância às propostas que visam enfraquecer um consagrado reforço da exigência da disponibilização activa para o emprego e para a formação profissional de certos grupos de pessoas, nomeadamente daquelas que possuem uma idade mais ajustada.

Não podemos repetir os erros do passado, sobretudo num tempo de insistência inaudita no controle da despesa pública, no rigor na atribuição dos dinheiros públicos e numa moralização cívica.

Estamos bem recordados das críticas que os cidadãos, em geral e o Tribunal de Contas, em particular, fizeram à execução do rendimento mínimo garantido.

Lembramo-nos muito bem que, quando foi apresentado, em Maio de 1996, a este Parlamento a proposta de lei do rendimento mínimo garantido, se referiu que este envolveria uma despesa nunca superior a metade do valor do subsídio de doença.

Ora aquilo que aconteceu foi que, por exemplo, no triénio de 1999, 2000 e 2001, os gastos directos com a aplicação do rendimento mínimo garantido estiveram sempre acima daquela meta, numa espiral de despesa que só foi contida pelos atrasos burocráticos na sua atribuição.

Foi a demonstração inequívoca de um excesso de voluntarismo, de uma tolerância quase paternalista face à fraude, à mistura com uma manifesta incapacidade do sistema de segurança social em responder com eficácia, rigor e prontidão a situações demonstrada ou suspeitosamente anómalas.

Ora esta situação criou grandes desconfianças por parte dos cidadãos em geral, nomeadamente daqueles que, com os seus impostos alimentam as prestações do subsistema de solidariedade.

Uma suspeita larvar de que havia fortes iniquidades na atribuição da prestação, indesmentíveis oportunismos e demonstráveis inconseqüências na sua aplicação.

Foram erros que importa não repetir, reiteramos.

E o Partido Social-democrata tem as maiores apreensões de que algumas das propostas de alteração à actual Lei 13/2003, que hoje estão em debate, constituam uma viciosa atracção por falsas soluções que contribuirão para a descredibilização do rendimento social de inserção como instrumento de apoio aos mais pobres, de promoção de uma vida mais digna e socialmente mais integrada de milhares de cidadãos, que milhões de portugueses se disponibilizam a ajudar de forma solidária.

(...)

Intervenção sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento

Deputado Hugo Veloso
Assembleia da República, 9 de Junho de 2005



(...)

O Programa de Estabilidade e Crescimento contraria as promessas eleitorais: O Partido Socialista na Campanha e na altura da discussão do Programa do Governo não ia aumentar impostos: Aumenta-os até ao fim da legislatura; o Partido Socialista estava contra a chamada obsessão do défice: Pois o Programa de Estabilidade e Crescimento demonstra que o Partido Socialista está verdadeiramente obcecado; o Partido Socialista ia fazer

crescer a economia para resolver o problema do défice. Pois agora quer resolver o problema do défice e a economia logo se verá!

E o combate ao desemprego, uma verdadeira “bandeira eleitoral” do Partido Socialista? Vejamos os números previstos: 7,4% em 2005, 7,7% em 2006 e só em 2009 está prevista uma ligeira descida! Para quem tanto prometeu!

(...)

Os Portugueses já perceberam isto.

Mais: Perceberam que o Governo e o Partido Socialista criaram uma verdadeira encenação à volta do défice, cena que durou mais de dois meses, nomeadamente procurando confundir défice estimado com défice real.

A encenação e o adiamento não auguram nada de bom para este Programa e para Portugal. O governo começa mal!

(...)

... O Governo começa a dar

mostras de que entre as medidas previstas e as anunciadas há **recuos inaceitáveis**: Diz que vai fazer mas não faz ou faz de modo diferente e menos penalizadora para os interesses corporativos.

(...)

Aqui está o principal problema deste Programa de Estabilidade e Crescimento: apesar de algumas medidas correctas, nomeadamente na área da segurança social, **na Reforma da Administração Pública**, temos muitas dúvidas sobre a sua concretização e impacto na redução da despesa: o Programa é mais claro quanto aos idosos e para os que lá caminham (o elo mais fraco...) do que para com a enorme Administração Pública portuguesa.

O PSD não aceita o verdadeiro ataque aos funcionários públicos: o problema não está nos funcionários públicos mas sim na dimensão do Estado, na sua desorganização e ineficiência.(...)

O problema é que o Governo não quer diminuir a dimensão do Estado. Assim não reduz a despesa pública e o seu Programa de Estabilidade e Crescimento não atingirá os objectivos.

O mesmo sucede em relação ao investimento público, prevendo o Programa de Estabilidade e Crescimento o aumento de 15% no próximo ano, no investimento não participado. Investimento também é despesa e inútil se não for produtivo. Nesta matéria, e por aquilo que foi o Partido Socialista no passado, há razões para estarmos preocupados.

(...)

Há dúvidas legítimas sobre a capacidade do Governo em concretizar o Programa de Estabilidade e Crescimento o que é pena porque o Primeiro Ministro não aceita pactos com o PSD nesta e noutras matérias. Quer impor a sua receita! Terá que assumir as conseqüências!

Intervenção sobre os Manuais Escolares

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 8 de Junho de 2005



(...)
O projecto de lei que o CDS-PP hoje aqui apresenta, é mais um contributo que os partidos da oposição oferecem ao Governo no sentido de este poder tomar urgentes medidas estruturais no sector da educação.

Lamentavelmente, este Governo, apesar de assumir que os problemas existem, recusa-se, contudo a apresentar soluções.

Este Governo, e particularmente, em matéria de Educação, escusa-se a tomar decisões, engaveta uma proposta de alteração profunda da Lei de Bases, que a esmagadora maioria dos intervenientes educativos, considera urgente - como de resto, ficou claro na audição parlamentar sobre o Processo de Bolonha, na passada

segunda-feira.

A Sra. Ministra da Educação e o Sr. Primeiro-Ministro limitam-se a observar mais uma alteração pontual à Lei de Bases, centrada apenas no Ensino Superior.

(...)
O PSD apresentou um projecto de lei que visa dar a todos os Portugueses uma nova Lei de Bases para a Educação.

Urge implementar medidas integradas em matéria de educação.

(...)
O projecto de lei que o CDS-PP apresenta a esta câmara é algo que poderemos considerar como uma **medida estruturada sobre manuais escolares**.

Não trata apenas do empréstimo de manuais escolares, como alguns querem fazer passar. O projecto de lei 103/X, é muito mais que isso.

É um real regime jurídico sobre os manuais escolares.

Salvaguarda e reforça mecanismos como a Acção Social Escolar. E é neste ponto em particular que o projecto de lei merece a nossa especial atenção.

O PSD desde sempre lutou pelo reforço da acção social escolar. Sempre lutou para que as diferenças de cariz económico e social entre os alunos sejam cada vez mais ténues. É esta a via pela qual o Partido Social Democrata luta.

E este projecto de lei aponta nesse caminho. Tal como aponta para um

caminho que o PSD defende há muito: a avaliação! Este projecto de lei propõe medidas claras e objectivas para a avaliação dos manuais escolares.

Como sabem, **o PSD não encara a avaliação como um fim, mas sim como um instrumento insubstituível para a melhoria da qualidade no ensino.**

Defendemos o princípio da avaliação.

Defendemos a avaliação, transversalmente, em todo o sistema educativo.

Para obtermos melhores resultados, de que tanto carecemos, precisamos de, sistematicamente, avaliar o próprio sistema, as escolas, os docentes, e, naturalmente, os alunos.

Em coerência, evidentemente, parece-nos fundamental que se avaliem e certifiquem os próprios manuais escolares.

Esse é o melhor caminho. Esse é o caminho da "exigência" como garante de bons resultados. Esse é o caminho que leva à excelência.

(...)
O projecto de lei é preciso nos seus objectivos, é ponderado na sua abrangência e sobretudo, exequível, assim haja vontade política de resolver os reais problemas do ensino no nosso país.

O PSD defende para a educação, medidas amplas, estruturantes, estruturadas. Esta é uma medida estruturada. Por isso terá o apoio deste grupo parlamentar.

Pode, contudo, obviamente, ser

melhorado. Para tal, contará com o nosso apoio, em sede de discussão na especialidade.

Continuamos, no entanto, à espera, despacho atrás de despacho, despacho a negar despacho, de um estudo, de mais um estudo (que é também algo já recorrente neste governo) sobre os manuais escolares. Senão note-se:

Em despacho assinado a 6 de Abril, a Sra. Ministra da Educação revoga um despacho sobre o empréstimo de manuais escolares do anterior governo, e "remete para as calendas" legislação sobre esta matéria. Pede ao seu secretário de estado uma proposta "lá para Outubro". Nesse momento percebemos que a despesa de milhares de famílias não é problema. Não incomoda a Sra. Ministra. Se pode resolver-se para o ano lectivo de 2006/2007, porque resolver já para o próximo ano lectivo? Assim, sempre se dá mais um apoio ao grande desígnio deste governo - a cobrança de impostos (neste caso do IVA).

Seguidamente, em 2 de Maio, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, cria mais um grupo de trabalho, afim de apresentar as grandes linhas da proposta até ao dia de amanhã, e um projecto de enquadramento legislativo até 14 de Outubro. (Veja-se que este é um plano de trabalho que prevê, naturalmente, as férias de verão dos membros do gabinete).

(...)
Pelo meio, ficará a crise no seio das famílias, e a costureira romaria a novos manuais e material didáctico.



Agenda

Quarta-Feira, dia 15 de Junho de 2005-15:00h

Agendamento Potestativo, **requerido pelo GP/PCP**

Projecto de Lei n.º 23/X (PCP)
(Suspende a vigência das disposições do Código do Trabalho e da sua regulamentação relativas à supervigência das convenções colectivas de trabalho)

Votações

Quinta-Feira, dia 16 de Junho de 2005-15:00h

Proposta de Lei n.º 14/X (GOV)
(Altera o Código do IVA, e legislação complementar procedendo ao aumento da taxa normal deste imposto)

Discussão conjunta:
Projecto de Resolução n.º 33/X (PS)
Projecto de Resolução n.º 39/X (CDS-PP)
(Sobre a qualidade do ar no interior dos edifícios)

Votações

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento regional

Sobre a substituição do Conselho de administração das Águas de Portugal
Deputado José Eduardo Martins

Requerimento ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Sobre a reestruturação da carreira dos agentes técnicos agrícolas
Deputado Adão Silva

Requerimento ao Ministério da Defesa Nacional

Sobre a missão portuguesa no Afeganistão
Deputado Henrique Rocha de Freitas

Requerimento ao Ministério do Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Economia

Sobre o inquérito tendo em vista a aplicação de medidas de salvaguarda às importações de produtos têxteis originários da República Popular da China
Deputado Emídio Guerreiro

Requerimento ao Ministério da Economia e Inovação

Sobre a situação da EMEF do Entroncamento
Deputado Mário Albuquerque e outros

Requerimento ao Ministério de Estado e das Finanças

Sobre a apreensão da opinião pública Açoreana com o impacto regional das medidas anunciadas pelo Governo da República para combater o défice
Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Administração Interna

Sobre a Embaixada de Portugal em Brasília ter emitido recentemente orientações para os postos consulares do Brasil no sentido de não deverem proceder ao recenseamento dos cidadãos com dupla nacionalidade Portuguesa e Brasileira.
Deputado José Cesário

Requerimento ao Governo

Sobre o acesso aos canais generalistas públicos e privados de televisão nas mesmas condições e circunstâncias e que deles beneficiam os cidadãos portugueses residentes na Madeira e no continente, é uma velha aspiração e um direito que assiste à população dos Açores.



PROJECTO DE LEI Nº 102/X

Primeira revisão da Lei nº 6/94, de 7 de Abril — Segredo de Estado

(...)

... É preciso restringir a competência para a classificação e disciplinar o acesso do Parlamento aos documentos e informações classificadas como segredo de Estado. Tendo em conta a dignidade constitucional da Assembleia da República e os poderes que lhe são próprios, é necessário assegurar-lhe, em termos razoáveis, acesso à informação classificada.

Por outro lado, a Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado, criada pelo artigo 13º da referida lei, tem de ver clarificadas as suas competências, a fim de melhor desempenhar o papel que lhe cabe em defesa dos princípios da excepcionalidade, subsidiariedade, necessidade, proporcionalidade, tempestividade, igualdade, justiça e imparcialidade, bem como do dever de fundamentação, todos aliás consagrados no artigo 1º da Lei nº 6/94. Parece conveniente ainda modificar, num sentido simplificador, a sua composição e dispor sobre o estatuto dos respectivos membros.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 37/X SOBRE AS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS 2007-2013

Considerando que as Perspectivas Financeiras 2007-2013 constituem o quadro financeiro que definirá as ambições e prioridades políticas da União Europeia naquele período;

Considerando que se trata do primeiro exercício desta natureza a 25 Estados Membros, dependendo justamente o êxito do recente alargamento da capacidade da União em satisfazer as legítimas expectativas de todos os seus cidadãos;

Considerando que a Comissão Europeia apresentou uma proposta que deve constituir, nos termos dos Tratados, a matriz sobre a qual devem incidir as negociações;

(...)

Considerando que Portugal é o Estado Membro com maior dependência exclusiva de uma única política comunitária, já que 78% das verbas recebidas se enquadram apenas nos Fundos estruturais;

Considerando que todas as políticas consagradas nos sucessivos Tratados, traduzindo a verificação de uma mais valia que assim foi continuamente reiterada, devem ser assumidas com igual dignidade;

Considerando que todo o processo negocial deve debater em simultâneo a vertente despesa bem como da receita, em todas as suas variáveis;

Considerando que as negociações revestem um aspecto global, não havendo capítulos, nem política sectoriais que estejam previamente concluídos;

Considerando os princípios que devem reger os recursos próprios deverão traduzir um sistema simples, transparente e equitativo, devendo ser corrigidos os actuais elementos distorçores, como o cheque britânico, sem cair em novos erros, como o proposto mecanismo de compensação generalizado.

(...)

PROJECTO DE LEI Nº 105/X APOIO AO ASSOCIATIVISMO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Exposição de motivos

É hoje indiscutível o papel determinante do associativismo no contexto da emigração portuguesa no Mundo.

As suas associações foram e são fundamentais para alicerçar uma consciência cívica e participativa, essencial para a criação de um espírito democrático muito firme, assumindo-se como uma autêntica escola de cidadania.

Assim, é evidente que esta realidade pode e deve ser valorizada, aproveitando-se sinergias, potencialidades e voluntarismos que, por vezes, são desperdiçados por falta de incentivos por parte das mais variadas entidades públicas.

(...)

Porém, cumpre que tais apoios sejam atribuídos com regularidade e com critérios de exigência, que obriguem à definição de um quadro legal muito determinado, que procure impor uma regra de normalidade a partir da criação do Registo Nacional das Associações de Portugueses no Estrangeiro (RNAPE).

Tal registo, a ser gerido com o mínimo de formalismo no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, deverá constituir-se com base numa política séria de atribuição de apoios e incentivos da mais variada ordem a todas as associações, com organização e credibilidade, que nele entendam inscrever-se.

Deste modo, pretende-se desenvolver uma acção de afirmação de Portugal no Mundo, através da valorização das estruturas associativas das nossas comunidades, numa relação de total cumplicidade com os diversos departamentos da administração pública portuguesa.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 38/X Reforma do Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro

O ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro necessita de uma política minimamente integrada que o enquadre e organize face aos interesses estratégicos do País, sob o ponto de vista cultural e tendo em consideração as necessidades concretas das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Há assim que cruzar competências disseminadas por diversos departamentos governamentais, criando condições para que conjuguem entre si acções com objectivos concretos, num horizonte temporal definido, considerando as realidades específicas a que se destinam.

(...)

O destacamento de cerca de 400 professores dos quadros dos ensinos básico e secundário do Ministério da Educação e de cerca de uma centena de leitores do Instituto Camões é manifestamente insuficiente para as necessidades actuais, podendo e merecendo ter uma intervenção mais estruturada, tendo em conta os objectivos do nosso País no domínio da sua afirmação política e cultural no Mundo.

(...)

Há ainda que promover concretamente o incentivo e o acompanhamento das iniciativas educativas que se vão desenvolvendo fora da Europa, acabando com discriminações tradicionais de comunidades portuguesas de enorme dimensão e de públicos vitais para os interesses geo-estratégicos do nosso País.

A Assembleia da República, consciente de muitos problemas que esta temática implica, aprovou em 2001, uma resolução em que se recomendava ao Governo de então a adopção de um conjunto de procedimentos.

Porém, as dissoluções do Parlamento que entretanto se verificaram impediram que fossem tomadas medidas sérias de reforma deste sector, protelando-se medidas que são absolutamente inadiáveis, podendo-se comprometer ainda mais as poucas respostas que são hoje dadas neste sector.

Por isso, o PSD entende que é tempo de a Assembleia da República voltar a debruçar-se sobre esta importantíssima problemática, apresentando assim os seus contributos através deste Projecto de Resolução.

(...)

Projecto de Lei nº 107 (Altera o regime de financiamento das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento - ONGD)

A Cooperação para o Desenvolvimento constitui uma vertente prioritária da política externa portuguesa e vem sendo prosseguida, desde 2003, pelo Instituto português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Neste âmbito, compete ao IPAD financiar programas e projectos apresentados por Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), que se insiram na política de cooperação superiormente definida.

Da aprovação do Decreto - Lei nº 13/2004, de 13 de Janeiro, decorreram um conjunto de constrangimentos, não expectáveis, que limitaram a eficácia do apoio a estes programas e projectos, dado que a nova modalidade de pagamento introduzida, ao invés do pretendido, gerou dificuldades na actuação das ONGD, passíveis de afectar o próprio conceito de relacionamento entre estas e o Estado Português.

Impõe-se, por isso, recuperar, a eficácia dos financiamentos do Estado às ONGD e, simultaneamente, das acções de cooperação para o Desenvolvimento por elas empreendidas.

(...)

PROJECTO DE LEI N.º 108/X Estabelece o direito de opção na passagem à reforma entre a aplicação do regime da Lei nº 15/ 92, de 5 de Agosto, e o actual regime constante do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)

Exposição de Motivos

O artigo 7º da Lei nº 15/92, de 5 de Agosto (Adopta medidas visando a racionalização dos efectivos militares), estabeleceu um regime especial de passagem à reserva determinando, no seu nº 4, que os militares abrangidos por tal regime apenas transitarão para a reforma quando atingissem 65 anos de idade.

Posteriormente, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas – EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei nº 236/99, de 25 de Junho, veio revogar a Lei nº 15/92, restringindo a garantia que havia sido conferida aos militares abrangidos por este último diploma legal na transição para a reforma.

No intuito de ultrapassar esta questão, que tem sido objecto de diversas exposições de militares dirigidas à Presidência da República, à Assembleia da República e ao Governo, bem como de conflitos judiciais, foi consagrado no Decreto-lei nº 197-A/2003, de 30 de Agosto, que alterou o EMFAR, uma norma que repristinou o regime estabelecido no artigo 7º da Lei nº 15/92, de 5 de Agosto.

Considerando que, apesar da medida legislativa acima referida, ainda subsistem inúmeras situações a que urge dar provimento, entende o Grupo Parlamentar do PSD que a solução para o problema passa pela atribuição do direito de opção entre a aplicação do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 15/92 e o regime constante actual do EMFAR que se efectiva através do presente diploma.

(...)

PROJECTO DE LEI Nº 106/X ESTABELECE NOVOS CRITÉRIOS PARA A ISENÇÃO DE COBRANÇA DE EMOLUMENTOS CONSULARES

Exposição de Motivos

A Tabela de Emolumentos Consulares prevista no Decreto-Lei nº 48/94, de 24 de Fevereiro, aprovada na sua última versão através da Portaria nº 19/2003, de 11 de Janeiro, prevê a isenção do pagamento de emolumentos consulares por parte de indigentes ou indivíduos privados dos meios necessários à sua subsistência, deixando nas mãos dos chefes de posto consular tal decisão.

Tal situação tem vindo a provocar diferenças substanciais de apreciação das diferentes situações de carência consoante a área consular em que se encontra cada utente, o que evidentemente provoca significativas injustiças relativas.

Cumpre assim ultrapassar esta indefinição, definindo com clareza e objectividade o limite que obriga a tal isenção de pagamento.

Pretende-se assim adoptar um critério totalmente objectivo que considera o rendimento mínimo de cada país de acolhimento a fasquia definidora desta isenção, apontando-se o salário mínimo português como referência para os países que não têm definida oficialmente tal garantia salarial.

(...)

Túnel de Ceuta: um caso de incompetência e de falta de respeito pela Cidade do Porto

- Rui Rio (*)

O País em geral e a cidade do Porto em especial têm seguido pela Comunicação Social, ao longo de quase uma década, o folhetim da construção do chamado Túnel de Ceuta. Nos últimos meses, porém, a polémica subiu de tom, agora agravada com a decisão da ministra da Cultura, também ela do Porto, de pretender embargar a conclusão da obra.

Porque se trata de uma história triste que demonstra a exemplar incompetência da gestão socialista, quer a nível central quer local, vale a pena aqui deixar os principais marcos deste folhetim.

Em 1996, no delírio megalómano e despesista da governação socialista, o Dr. Fernando Gomes decidiu arrancar com a obra, tendo a boca de entrada na Rua de Ceuta e a saída em frente do Instituto de Medicina Legal, do lado direito do Jardim do Carregal.

Rapidamente o IPPAR chumbou a saída, por considerar que esta se localizava muito próximo do jardim e do Hospital de Santo António, monumento nacional classificado, tal como o Museu Soares dos Reis. Fernando Gomes contestou a decisão do IPPAR, e predisps-se a prosseguir o projecto.

Em 1999, uma vez na presidência da Câmara, o Eng. Nuno Cardoso retomou o plano do túnel, ignorou o IPPAR e transferiu a boca de saída ainda para mais perto do Hospital, ou seja praticamente encostada ao edifício e junto à porta da urgência. Ao mesmo tempo escavou a entrada em frente do Hotel Infante de Sagres, na Rua de Ceuta.

Curiosamente, e apesar desta inqualificável atitude de Nuno Cardoso, o IPPAR e o Governo PS não embargaram a obra. Mas logo no ano seguinte, em 2000, por ausência de um projecto consistente, e face a dificuldades técnicas de escavação e sem cobertura financeira, Nuno Cardoso suspendeu os trabalhos, ao mesmo tempo que a Câmara do Porto era então obrigada a pagar ao empreiteiro uma indemnização superior a 140 mil contos.

Quando cheguei à presidência da Câmara do Porto, em Fevereiro de 2002, encontrei duas monstruosas crateras entaipadas, uma na Rua de Ceuta e outra junto ao Hospital de Santo António. Ou seja, o famigerado túnel. Sem projecto, sem financiamento, com um chumbo do IPPAR, com um hipotético traçado de saída numa rampa de 11% de inclinação (superior à Rua dos Clérigos), a terminar num cruzamento, e com o HSA a reclamar contra a agressão que ali se desenhava...

Por mim o túnel jamais seria feito. Mas perante os factos, restavam-me duas opções: tapar os dois buracos e devolver à União Europeia a participação já recebida, o que implicava um custo total de cinco milhões de euros; ou retomar os trabalhos, replanificando o projecto e o financiamento, tendo em vista a deslocação de uma segunda boca de saída para a entrada da Rua D. Manuel II, cerca de trinta metros mais à frente.

A nova solução foi assim apresentada ao IPPAR, com o



objectivo de proteger simultaneamente o hospital e o museu. Nas negociações que foram sendo desenvolvidas, chegou-se ao pormenor de, a pedido do IPPAR, deslocar a saída de D. Manuel II para a direita, afastando assim o trânsito de superfície para a esquerda do túnel, melhor protegendo o Museu Soares dos Reis. Assim se conseguia encurtar os muretes de protecção, efeito impossível de obter se, como inicialmente pretendia a CMP, a saída se verificasse no eixo da via...

«Se o IPPAR não tivesse interferido nesta parte final, a obra ficaria concluída no passado mês de Maio»

Assim, a proposta optimizada e formalmente submetida a parecer final do IPPAR, e que a CMP se propõe executar, prevê que o túnel termine logo no início da Rua D. Manuel II, com a boca a 80 metros do museu, terminando os muros de protecção a 25 metros do mesmo edifício. Entretanto, o passeio frontal ao museu passará de dois para cinco metros, livre de estacionamento público, e podendo, ao invés, dispor de aparcamento privativo para viaturas destinadas ao próprio MSR.

Se o IPPAR não tivesse interferido nesta parte final, a obra ficaria concluída no passado mês de Maio, ou seja, exactamente nove anos depois do PS ter brindado a cidade com este monstruoso problema. Infelizmente, porém, a 13 de Janeiro passado, o IPPAR – Porto decidiu chumbar o projecto da CMP, contrapondo agora como solução a saída escavada no tempo do Eng. Nuno Cardoso, perto da urgência do Hospital, ou, em alternativa, prolongando o túnel até próximo do Palácio de Cristal. Ou seja, o IPPAR propôs uma solução ainda pior do que a que inicialmente tinha chumbado ao Dr. Fernando Gomes!!!

Dias depois, a CMP recorreu desta decisão para o IPPAR – Lisboa. A resposta tarda quase dois meses, chegando a 7 de Março, já depois das eleições de 20 de Fevereiro. Compreendendo a incoerência dos seus pares do Porto, o IPPAR – Lisboa apresenta uma nova alternativa ao projecto, e empurra a saída do túnel para depois da Rua Adolfo Casais Monteiro, à





Túnel de Ceuta: um caso de incompetência e de falta de respeito pela Cidade do Porto

- Rui Rio (*)



porta da Reitoria da Universidade, num prolongamento de cerca de 190 metros.

Se fosse aceite uma tão absurda proposta, teríamos os seguintes resultados: um aumento de custos da ordem dos 4,5 milhões de euros; redução de uma faixa de rodagem, porque nesse sítio a rua é muito mais estreita, ou seja o trânsito ficaria reduzido a uma faixa do túnel e uma em cada sentido à superfície; criasse-se um gargalo de estrangulamento de trânsito no sentido da Rua Júlio Dinis – Baixa, com gravíssimos prejuízos para a mobilidade, sobretudo das ambulâncias que por ali acedem à urgência do HSA; o túnel teria uma extensão de cerca de 250 metros em apenas uma via, contrariando todas as normas de segurança, e constituindo uma armadilha permanente aos automobilistas que nele ficassem retidos; os passeios seriam drasticamente reduzidos; o inferno das obras prolongar-se-ia por mais um ano...

Perante a contestação que se levantou, durante um debate público no próprio museu o presidente do IPPAR sugere uma quarta solução: a saída no meio da Rua D. Manuel II. Ou seja, exactamente a solução que a Câmara tinha apresentado logo no início, e que teve de alterar por imposição do mesmo IPPAR!!!

«É o PS que volta a mandar parar uma obra que ele próprio tinha iniciado e esteve parada três anos, apesar dos dois enormes buracos mandados abrir pelo próprio poder socialista»

Com a tomada de posse do Governo socialista, a ministra Isabel Pires de Lima pede a paragem da obra e ameaça com o embargo. Em 23 de Março entendi, num gesto de boa vontade, mandar parar os trabalhos na frente de obra correspondente à Rua D. Manuel II, sabendo que tal decisão acarreta um pesado custo diário para os cofres da autarquia.

Fica claro, mais uma vez, que chegado de novo ao poder, o PS volta a mandar parar uma obra que ele próprio tinha iniciado, com parecer desfavorável do IPPAR e que, por sua responsabilidade, esteve parada três anos, apesar dos dois enormes buracos mandados abrir pelo próprio poder socialista...

Por acordo entre a ministra Isabel Pires de Lima, o presidente do IPPAR e eu próprio realiza-se no Porto uma reunião de carácter técnico, no escritório do projectista. O presidente do IPPAR abandona a solução do eixo da via, e propõe uma quinta solução, desta feita com o prolongamento a acabar imediatamente antes da Rua Adolfo Casais Monteiro.

Feita a análise técnica de uma tal hipótese, concluiu-se que: a rampa de saída teria uma inclinação de 13%, ou seja superior à da Rua da Escola Normal, e terminaria mesmo em cima do entroncamento; gastar-se-iam mais cerca de quatro milhões de euros; a saída e os muretes de protecção ficariam a uns escassos seis metros do museu; o túnel teria uma extensão de cerca de 220 metros em apenas uma via; o túnel funcionaria como armazém de carros à espera do atravessamento

do entroncamento da Rua Casais Monteiro... Perante os factos, foi comunicado ao IPPAR e à ministra Isabel Pires de Lima da impossibilidade em aceitar tal solução.

Entretanto a cidade desespera. Os moradores e comerciantes da zona levantam-se num coro de protestos. Os apelos e apoios escritos, feitos chegar à CMP, são incessantes. Ninguém suporta que as obras não terminem como projectadas. Em 11 de Abril envio uma carta à ministra Isabel Pires de Lima com uma proposta de consenso. A saber: deve ser dada como válida a proposta optimizada de saída do túnel sobre o lado direito da Rua D. Manuel II, a cerca de 80 metros do museu, com os muretes a ficarem a pelo menos 25 metros do mesmo edifício; a CMP aceitaria e cumpriria todas as exigências que a ministra da Cultura quisesse fazer em matéria de arranjos arquitectónicos em toda a superfície, nomeadamente na envolvente ao MSR.

Em vão. Isabel Pires de Lima diz à Imprensa que defende a saída junto

exactamente o contrário, ou seja, o chumbo ao projecto de Fernando Gomes...

Em 18 de Abril a Assembleia Municipal (de maioria de esquerda) aprova uma moção recomendando ao Executivo que faça o possível para concluir a obra rapidamente, e segundo o projecto da CMP em execução.

Em 22 de Abril o IPPAR volta a defender a solução da saída junto ao hospital, respondendo assim ao estudo da CMP relativo à proposta daquele instituto sobre o prolongamento até ao entroncamento de Adolfo Casais Monteiro.

Perante a obstrução reiterada do IPPAR e da ministra Isabel Pires de Lima para a aceitação da proposta optimizada da CMP, decidi apresentar uma acção ao tribunal, no sentido de declarar ilegal o chumbo do IPPAR. Quase em simultâneo apresentei uma segunda acção, desta feita uma providência cautelar para impedir o embargo da obra.

Em desespero de causa, a ministra avança mesmo com o



ao Hospital de Santo António, alegando que o IPPAR tinha, em 2000, dado parecer positivo a tal solução, e acusa-me de sensacionalismo político. Dois dias depois, o candidato do PS à Câmara, e o presidente da concelhia do PS/Porto visitam a obra e repetem, no local, o discurso da ministra.

Perante as declarações da ministra da Cultura, em 18 de Abril a CMP pede ao IPPAR o tal parecer positivo de 2000, já que jamais alguém vira na CMP o que quer que fosse de aproximado. Bem pelo contrário, o que existe na CMP é

embargo, que, segundo os juristas, é absolutamente ilegal. A palavra está agora na mão da justiça... Se os tribunais nos derem razão, prosseguirei com os trabalhos, em nome da defesa dos interesses da cidade, e para pôr fim a um pesadelo que os socialistas insistem em impor à cidade do Porto... Que interesses movem os dirigentes socialistas para tão afinadamente obstruírem a conclusão desta obra? A resposta está à vista de toda a gente!

(*) - Presidente da Câmara Municipal do Porto

Victor Cruz na apresentação dos candidatos às autarquias do Pico

«Já valeu a pena. A força do PSD vai manter-se no Poder Local»



O Presidente do PSD/Açores apresentou as três candidaturas social-democratas às Câmaras Municipais da Ilha do Pico: Madalena, Lajes do Pico e São Roque do Pico.

“A estratégia do Congresso foi conseguida. Conseguimos recandidatar a grande maioria dos nossos actuais autarcas. O Pico é um exemplo. O bom trabalho executado nos últimos quatro anos pelos autarcas do PSD do Pico merece a nossa aprovação. Agora os picoenses que comparem. Comparem o valor dos nossos candidatos e os nossos adversários”, defendeu Victor Cruz, hoje na conferência de imprensa de apresentação dos candidatos.

O presidente do PSD/A salientou o simbolismo da apresentação das candidaturas em conjunto: “A união das três Câmaras do Pico tem trazido óptimos frutos para o Pico. Há muitos projectos em comum que valorizam o Pico”.

“Uma das principais razões da minha candidatura à liderança do PSD/Açores foi a de manter a força do PSD no Poder Local. Através da recandidatura dos nossos presidentes de Câmara. Já valeu a pena. Porque estamos no bom caminho para alcançar novas vitórias”, disse Victor Cruz.

A Ilha do Pico tem 15 mil habitantes, sendo dividida em três concelhos e 17 freguesias.

As três Câmaras Municipais do Pico empregam cerca de 230 trabalhadores e gerem orçamentos que, no seu todo, ronda os 25 milhões de euros.

Nos últimos três actos eleitorais autárquicos, o PSD/Açores tem recebido a maioria absoluta dos votos na eleição das Câmaras Municipais do Pico.

Para além das três Câmaras Municipais, o PSD/A preside às três Assembleias Municipais e a dezasseis das dezassete Juntas de Freguesia da Ilha do Pico.

Nas últimas eleições autárquicas,

em 2001, o PSD/Açores obteve 57% dos votos na ilha do Pico, enquanto o



Partido Socialista obteve 37.5%, tendo a abstenção ficado pelos 25.4%.

Os Candidatos

O candidato do PSD/A à Câmara Municipal da Madalena é o actual Presidente, Jorge Rodrigues, funcionário da SATA de profissão, e que tem vindo a presidir à Autarquia da Madalena nos últimos oito anos.

Para Jorge Rodrigues, a sua recandidatura “é a continuação de um projecto que vale a pena. Todo o Concelho da Madalena conta hoje com abastecimento de água em condições. Todo o Concelho usufrui de saneamento básico. A rede viária foi aumentada em dezenas de quilómetros. A sociedade civil da Madalena pôde contar connosco. E agora estamos a receber os frutos deste trabalho em conjunto. Os sucessos no desporto e nas actividades culturais na Madalena espelham bem os esforços que foi dedicado a estes sectores da nossa sociedade. E os cidadãos da Madalena estão orgulhosos disso. Vamos continuar

a trabalhar pelo Madalena”.

O candidato social-democrata à Câmara Municipal das Lajes do Pico é a actual Presidente, Sara Santos, funcionário bancária de profissão, e que tem vindo a presidir àquela Autarquia nos últimos dois anos.

Sara Santos apresentou três razões para a sua candidatura. “A luta pelas Lajes do Pico – por um futuro melhor; O orgulho na obra feita – e novos projectos e obras em marcha; a união dos lajenses – uma candidatura pela positiva”.

O candidato do PSD/A à Câmara Municipal de São Roque do Pico é o actual Presidente, Manuel Joaquim, que é engenheiro zootécnico de profissão, e que tem vindo a presidir à Autarquia nos últimos doze anos.

Para o candidato à Câmara Municipal de São Roque do Pico, a sua “recandidatura surge devido ao apoio e

Presidente da Assembleia da República, salientam o papel muito importante em vários campos da solidariedade social que as Organizações Não Governamentais (ONG’s), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’s) e as Misericórdias têm, em todo o País, mercê da sua implantação de mais de meio milénio na sociedade portuguesa.

Na opinião dos Deputados social-democratas “o Estado — e muito bem! — colabora activamente com as Misericórdias e outras ONG’s e IPSS’s, apoiando com meios financeiros as actividades beneficentes por elas dinamizadas.

Seria de estranhar, porém, que se celebrassem protocolos de cooperação em áreas claramente incluídas nas atribuições do poder local democrático, desde sempre pelo mesmo exercidas pacificamente e com eficácia, por exemplo a habitação.

E mais ainda se porventura, em vésperas de eleições autárquicas, dirigentes, de Misericórdias ou outras ONG’s ou IPSS’s, em concreto envolvidos nesses protocolos, se apresentassem como candidatos alternativos aos de qualquer partido de Oposição ao Governo em funções.

Ficaria então pairando, pelo menos, a suspeita de favorecimento do Poder estabelecido a uma das candidaturas, com prejuízo da transparência de eleições democráticas”.

Assim, no caso de o Governo da República ter assinado eventuais protocolos de cooperação com as Misericórdias, ONG’s e IPSS’s, prevendo transferência de verbas para programas de construção de habitação social e/ou de recuperação de habitação degradada, os Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte requerem a lista completa desses protocolos, com indicação expressa das Misericórdias, ONG’s e IPSS’s beneficiadas e a identificação dos seus dirigentes, bem como das importâncias envolvidas na operação.

Os Deputados do PSD à Assembleia da República, eleitos pelos Açores, perguntam se, “caso protocolos desse género não existam — como aliás é de prever... — tenciona o Governo porventura celebrar alguns, do tipo mencionado, no período que antecede as próximas eleições para as autarquias locais?”.

E, por fim, os Deputados Mota Amaral e Joaquim questionam o Governo do Primeiro-ministro José Sócrates como avalia “um hipotético acto de disponibilização de fundos públicos para habitação, em favor de uma Misericórdia, ONG ou IPSS cujo dirigente máximo seja candidato do PS a disputar o mandato de um Presidente de Câmara do PSD?”. – PSD/Açores



Carlos Coelho defende abordagem mais sistemática e eficaz no combate ao terrorismo



O Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou, em Estrasburgo, que “o terrorismo não é um fenómeno novo, mas os trágicos acontecimentos dos últimos anos demonstraram o seu poder destrutivo. Combatê-lo é um dos maiores desafios com que nos confrontamos no século XXI.

Não interessa, acrescentou Carlos Coelho, a forma com que surja, o lugar onde ocorra, quem sejam os seus autores, as justificações apresentadas ou as causas que defendem, todos os actos, métodos e práticas terroristas, não merecem qualquer justificação política ou moral, e devem ser inequivocamente condenadas e combatidas”.

No âmbito de um debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre o terrorismo, Carlos Coelho sublinhou que “com os trágicos acontecimentos de 11 de Março, em Madrid, a União questionou a eficácia dos seus instrumentos e políticas e ficou demonstrada a urgência de uma nova abordagem mais dinâmica, sistemática e eficaz.

Foi assim criado o cargo do coordenador da União Europeia na luta contra o terrorismo”.

O Deputado social-democrata recordou que “a União Europeia acordou um conjunto de objectivos estratégicos, que devem estar na base da luta contra o terrorismo, que permita manter o equilíbrio entre a segurança colectiva e as liberdades individuais, e que passa por:

- reforço da prevenção, estado de preparação e capacidade de resposta da UE,

- financiamento do terrorismo. Tem-se verificado um aumento significativo das fontes de financiamento. É importante que se melhore o sistema de alertas relativo ao comércio de bens e prestação de serviços, a fim de assegurar um melhor controlo de todos os movimentos suspeitos, mas sem comprometer a dinâmica normal do mercado. Ao mesmo tempo deve ser reforçada a colaboração entre as instituições públicas e privadas, nomeadamente ao nível do sector bancário.

Duarte Freitas apresenta no PE relatório sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos



sublinhou que este “assenta em três prioridades fundamentais:

- 1º Monitorizar a abundância de golfinhos e controlar a sua taxa de mortalidade associada às capturas de atuns na zona do Acordo.

- 2º Estudar as causas de mortalidade dos golfinhos durante as operações de pesca promovendo simultaneamente técnicas de pesca e equipamentos capazes de minimizar esses efeitos.

- 3º Estudar as consequências de diferentes modelos de pesca nas diversas espécies de peixe e outros animais do ecossistema pelágico”.

Duarte Freitas disse ainda que “para alcançar estes objectivos, a Comissão Interamericana do Atum Tropical (CIAT), que coordena este programa, propõe um vasto conjunto de medidas a aplicar. Para além de outras, destacam-se a aplicação de quotas de pesca sustentáveis para os atuns capturados na zona do Acordo, bem como a inclusão de observadores a bordo de cada navio em cada saída para a faina.

Os armadores e pescadores, cientes da importância da preservação dos recursos vivos, têm vindo a ajudar a desenvolver técnicas de pesca menos lesivas, quer para as espécies alvo, quer para o ‘bycatch’ associado.

Dos esforços concertados, resultou um decréscimo nas capturas acessórias de golfinhos, com recurso à arte de cerco com retenida, de 150 000 capturas em 1989 para 1500 em 2002”.

Duarte Freitas considerou que o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos, “para além de ter um papel importante na preservação das comunidades de golfinhos nesta região, tem também um peso relevante na preservação do ecossistema como um

todo, uma vez que, para além dos golfinhos, preserva também comunidades de outras espécies, como são o caso de tubarões, tartarugas e outros animais aquáticos sacrificados com recurso a outras artes de pesca dirigidas à captura destes tunídeos. Tudo isto comprova a grande selectividade de pesca entretanto atingida e permite classificar este programa como sendo um Bom Programa!

Para lá das medidas técnicas envolvidas, este Programa adopta ainda um processo de certificação ‘dolphin safe’ dos produtos capturados sem prejuízo de golfinhos e ainda outras espécies a quem os lanços não são dirigidos. Este tema da certificação do Atum, acrescentou Duarte Freitas, tem sido aliás amplamente debatido no COFI/FAO e mesmo na própria Comissão Europeia, que, segundo sei, está neste momento a preparar uma Comunicação acerca do tema da ‘eco-labelling’.

Esta é uma temática que o Deputado social-democrata considerou importante e “que merece ser discutida até porque, no caso concreto do Atum existem algumas ONG’s que têm influenciado de forma menos transparente o fluxo comercial de produtos transformados de atum na União Europeia”.

Por tudo isto, e respeitando aquelas que são as linhas orientadoras da nova Política Comum de Pescas, Duarte Freitas afirmou estar convencido que este programa merece o parecer positivo do Parlamento no que diz respeito à celebração do Acordo por parte da Comunidade Europeia tendo referido ainda que este relatório foi aprovado por unanimidade na última reunião da Comissão das Pescas.

O Parlamento Europeu aprovou Relatório de Duarte Freitas

O Deputado Europeu do PSD, Duarte Freitas, viu o seu relatório sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos aprovado por uma esmagadora maioria de 96% dos votos (473 votos a favor, 6 contra e 11 abstenções) na sessão plenária de Estrasburgo.

No fim da votação, Duarte Freitas salientou que “este resultado permitirá reforçar institucionalmente a intenção da União Europeia em aderir ao Acordo sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos (AIDCP), e dessa forma adoptar uma posição efectiva na defesa de uma pesca sustentável na área do Acordo”

Duarte Freitas lembrou ainda que a decisão adoptada pelo Parlamento Europeu permitirá não só “salvaguardar a pesca sustentada na região do Acordo, sem prejuízo de golfinhos e outros animais como os tubarões e tartarugas” como também irá certamente “lançar para cima da mesa a discussão relativa ao ‘eco-labelling’ e respectivo processo de certificação dos produtos da pesca, sobre o qual o Comissário Joe Borg, responsável pelas Pescas e Assuntos Marítimos, reafirmou durante o debate a intenção da Comissão Europeia de avançar “.

Com a votação favorável do PE relativamente à proposta de Decisão do Conselho nesta matéria, o processo segue agora para o Conselho de Ministros onde será em última análise decidida a celebração ou não pela Comunidade Europeia do Acordo sobre o Programa Internacional de Conservação dos Golfinhos.



Silva Peneda: devolver competitividade e conceder apoios às empresas europeias



O Deputado do PSD José Silva Peneda considerou, em Estrasburgo, que “nos mercados mundiais cada vez mais globais, as empresas europeias deparam-se com problemas de falta de competitividade.

A nível interno, acrescentou o Deputado, a própria indústria europeia atravessa um período intenso de reestruturação com perdas de postos de trabalho e de unidades de produção. Certas

regiões e certos sectores industriais vêm o seu modelo de emprego profundamente alterado. O facto do crescimento económico da União Europeia se manter aquém dos 2% também não contribui para sair deste cenário cinzento”.

Silva Peneda defende que “para a União Europeia continuar a ser um espaço de progresso económico, social e ambiental, os Estados-membros devem encarar com firmeza reformas, tanto nos seus mercados de trabalho com vista a melhorar a empregabilidade dos trabalhadores europeus, como nos seus sistemas de tributação de forma a tornar o trabalho financeiramente atraente. A reforma destas políticas sociais e fiscais deve ser articulada de forma coerente enquanto factores prévios e imprescindíveis de desenvolvimento e crescimento sustentável”.

Nesse contexto, Silva Peneda sublinha que “o reforço do mercado interno, incluindo na área da liberdade de prestação de serviços transfronteiriços, potencia o crescimento económico que falta à União Europeia por gerar mais de 70% da riqueza e do emprego a nível europeu”.

O Deputado do PSD, defendeu ainda que a União Europeia “deve assumir sem tibiezas uma política coerente e voluntarista em prol da sua indústria, que seja capaz de, em simultâneo, antecipar as transformações estruturais e desenvolver uma base industrial sólida e competitiva.

A indústria europeia, acrescentou, não

dispõe de alternativa senão desmarcar-se dos concorrentes ao apostar nas suas mais-valias, tais como o seu potencial humano, a sua capacidade de inovação e o seu tecido empresarial de PME”.

Silva Peneda considerou, contudo, que “este apoio à política industrial implica um desenvolvimento equilibrado que preserve a coesão social. O impacto regional das recentes deslocalizações não pode ser negligenciado. Os fundos estruturais, nomeadamente o Fundo Social Europeu poderiam ser orientados para o apoio à reconversão socio-económica e industrial das regiões mais afectadas. Uma solução passaria pelo enraizamento duradouro da actividade industrial numa região através do apoio à criação de sinergias regionais entre empresas, universidades e centros de investigação”.

Referindo que “a indústria europeia atravessa um momento de transformações estruturais por razões internacionais, mas sobretudo por razões próprias”, Silva Peneda salientou que “com excepção da fase inicial do carvão e do aço, a União Europeia andou de costas voltadas para a sua indústria, apesar de ser fonte de empregos, de crescimento económico, de actividade de serviços, de aptidões e conhecimentos que uma economia desenvolvida não pode subestimar”.

Deus Pinheiro: insistir nesta Constituição é um erro político



O Prof. João de Deus Pinheiro, 1º Vice-Presidente do PPE, afirmou, em Estrasburgo, que “insistir nesta Constituição, neste momento, é um erro político que suscitaria profunda e acrescida desconfiança dos cidadãos. Os resultados dos referendos francês e holandês, acrescentou, evidenciam um claro desfasamento entre as elites políticas, nacionais ou europeias, e o cidadão anónimo”.

No debate do Parlamento Europeu sobre os resultados dos referendos naqueles dois países e de preparação do Conselho Europeu da próxima semana, João de Deus Pinheiro defendeu que “as razões invocadas para o ‘não’ são tão diversas e contraditórias que não permitem identificar alternativas ao texto proposto. Não obstante, de nada serve invocar a ‘inadequação’, a ‘demagogia’, as ‘falácias’ da argumentação do ‘não’ porque em política, o que parece, é!”.

João de Deus Pinheiro afirmou que “nesta óptica, a bola está no campo dos líderes políticos europeus que, no Conselho Europeu de Junho, terão de encontrar respostas mobilizadoras susceptíveis de fazer renascer a esperança na Europa e nas suas instituições. Para tal, sublinhou, terão que ter a coragem de abordar temas difíceis mas que estão no cerne das angústias e dos problemas sentidos pelos cidadãos”.

Para João de Deus Pinheiro “o chamado ‘modelo social europeu’ não poderá sobreviver num mundo desregulado ou globalizado selvaticamente em que a prática do ‘dumping’ social e ambiental torna incompetivas as empresas europeias e distorce a concorrência. Impôr regras para combater aqueles ‘dumpings’ a nível da Organização Mundial do Comércio é condição ‘sine qua non’ para estancar o desemprego na Europa, relançar o crescimento económico e estabilizar o comércio mundial”.

O Deputado social-democrata defendeu ainda que é necessário “rever drasticamente a Agenda de Lisboa, tornando-a menos burocrática e mais amiga do empreendedorismo”, sublinhando que “é

preciso mais pragmatismo e mais ousadia”.

João de Deus Pinheiro entende que deve ser promovida a subsidiariedade em todos os sectores e a revisão das práticas entretanto adquiridas por todas as instituições, devendo sempre serem demonstrados os custos/benefícios das decisões comunitárias.

Para João de Deus Pinheiro o Conselho Europeu deve “acertar as perspectivas financeiras para 2007-2013 gerando um quadro estável para o futuro, estipular inequivocamente o ritmo dos alargamentos futuros da União e definir os seus limites, ligar a suspensão do aprofundamento à suspensão do alargamento, reequacionar a parceria com os Estados Unidos e repensar os mandatos negociais no Doha Round”.

João de Deus Pinheiro sublinhou na sua intervenção que “estamos num momento de verdade em que a retórica deve ser substituída por uma linguagem simples e por medidas ou decisões que respondam com eficácia às preocupações dos cidadãos e relancem a confiança nas instituições europeias”.

Pedindo ousadia e determinação aos actuais líderes europeus, João de Deus Pinheiro salientou que estes não podem iludir os problemas que referiu e, por isso, o Conselho Europeu da próxima semana é crucial.



DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre do PSD, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2005 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede Distrital do PSD, sita no Largo 28 de Janeiro, 10 em Portalegre, com a presença dum Vice Presidente da CPN e com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas de 2005;
3. Análise da situação político-partidária.

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes para reunirem em sessão ordinária da Assembleia da Secção de Estremoz, no dia 25 de Junho de 2005, às 15h00, no Salão da Junta de Freguesia de Santa Maria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Parecer sobre as candidaturas aos Órgãos Autárquicos Locais e Apresentação das linhas Gerais do Programa Eleitoral.

PAREDES

Nos termos da Alínea c) do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e do artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD/Paredes, a reunir no dia 22 de Julho de 2005, entre as 17 e as 21 horas, na sede concelhia, sita na Rua 1º Dezembro, na cidade de Paredes, com o fim de eleger a Mesa da Assembleia de Secção do PSD/Paredes.

As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do dia 19 de Julho de 2005, na referida sede.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (art. 51º e art. 66º), convocam-se todos os militantes inscritos na secção de Ponte de Lima, Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 25 de Junho de 2005, pelas 21h, na sede concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Processo autárquico 2005;

3. Apreciar a actuação da Comissão Política da Secção e dos Núcleos.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, artigo 51º e 50º, alínea d), convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 24 de Junho de 2005, pelas 20h30, na sede distrital, sita na Calçada Men Ramires, nº10, em Santarém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informação;
2. Aprovação do Orçamento e as Contas de 2004;
3. Eleições Autárquicas.

SECÇÃO F

Nos termos dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção F da Área Metropolitana de Lisboa, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção, na sua sede, na Rua Aliança Operária, 66, em Lisboa, no dia 29 de Junho de 2005, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação político-partidária.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no dia 22 de Junho de 2005, quarta-feira, pelas 21h30, na sede da Secção de Setúbal do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas.



CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Lisboa da JSD, para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2005, pelas 21h00, na Sede Nacional do PSD, sita na Rua de São Caetano, n.º 9, em Lisboa, com

a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política.

NÚCLEO de FERMENTELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o plenário do Núcleo Residencial da JSD de Fermentelos – Águeda, para reunir no próximo dia 16 de Julho de 2005, pelas 21h30, na Sede provisória do Núcleo Residencial da JSD de Fermentelos, sita na Rua das Lombas, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial da JSD Fermentelos – Águeda.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, 9, Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2- As urnas Estarão abertas das 21h30 às 22h30.

NÚCLEO de PARANHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Paranhos, para reunir no dia 16 de Julho de 2005, pelas 21h30 na Sede do Núcleo d Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, n.º 63, na Cidade do Porto, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

NOTA:

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00;

As entrega das listas será até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada acima referida.

NÚCLEO de SANTO ILDEFONSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes do Núcleo de Santo Ildefonso, para uma reunião, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2005, pelas 17h00, na respectiva Sede do Núcleo, sita à Rua de Entreparedes, n.º 80, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem, o possa estatutariamente substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, sita à Rua do Pinheiro Manso 305, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

CONSELHO DISTRITAL de BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital, para reunir no próximo dia 16 de Julho de 2005, pelas 15h00 na Sede Distrital do PSD de Beja, sita na Praça da República, n.º 17 – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição do representante Distrital no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância.
- 2 – Análise da Situação Política.

NOTA:

1 – As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Peniche, para o dia 15 de Julho de 2005, pelas 20h30 na Sede, sita na Rua Alexandre Herculano, n.º 68 – 1.º com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.
- 2- Análise da Situação Política.

NOTA:

1 – As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao plenário, na Sede em cima citada.

2 – As candidaturas a todos os Órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5 % de militantes, até um Máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.

3 – As urnas permanecerão abertas por um período de 1 hora, consequentemente das 21h00 às 22h00.



Quem criou o “Monstro” da Despesa Pública?

- A previsão para 2005 (*)

A chamada “Comissão Constâncio” apurou o valor da previsão do défice orçamental para o corrente ano económico de 2005 na ordem dos 6,83%.

Este valor estimado não surpreende até porque, convirá relembrar, vem na linha de uma crise orçamental que começou em 2001, ao tempo dos anteriores Governos socialistas, que deixaram aumentar entre 1996 e 2001 a dimensão do Estado, em contraciclo com a maioria das economias nossas concorrentes.

Refira-se que o PSD, nos Governos de coligação e face à herança recebida, deu um significativo avanço no combate ao défice orçamental e na consolidação das contas públicas embora numa altura em que a economia estava em ciclo desfavorável.

Convirá relembrar que, na altura, o Partido Socialista apenas criticou, nunca teve qualquer palavra de apoio. De igual modo nunca a política orçamental dos Governos de coligação liderados pelo PSD, mereceu, por parte do Presidente da República, qualquer tipo de estímulo tendo, pelo contrário, em algumas ocasiões, sido criticada como obsessiva.

Mas a verdade é que, sem esse combate, o défice seria hoje bem pior.

O Plano de estabilidade e Crescimento

O Governo do Partido Socialista anunciou, como forma de combate aos problemas orçamentais que o país atravessa, o “Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, que pode ser consultado em na Internet, em: [http://80.251.169.28/NR/rdonlyres/07D85E4F-BB00-47C3-86C9-EF0D17AFE42E/0/Programa_Estabilidade_crescimento.pdf]

Face a este documento estratégico o PSD, ao contrário do Partido Socialista quando estava na oposição, há a afirmação de que algumas das medidas são incontornáveis mas que, sobretudo, o combate ao défice orçamental deve assentar na redução da despesa do Estado relativamente à riqueza do País.

O Estado gasta de mais e gasta mal. A solução é pôr o Estado a gastar menos, a funcionar melhor e contribuir para a afectiva melhoria da competitividade do País e das empresas portuguesas.

Importa assim, analisar, se as medidas anunciadas, sejam do lado da receita, sejam do lado da despesa serão aquelas que interessam para o duplo objectivo de

controlar o défice e de colocar a economia a crescer.

Como se torna óbvio, pelas implicações laborais que as medidas anunciadas contêm, os TSD – Trabalhadores Social-Democratas têm-se debruçado e pronunciado sobre este assunto.

Parece-nos assim que a questão do défice orçamental, da sua redução e da sua consolidação é uma questão importante mas que importa ser analisada com a maior objectividade e que a mesma não pode ser utilizada como arma de arremesso contra os trabalhadores da Administração Pública que parecem ser o alvo predilecto deste Governo, nas medidas que anuncia e nas políticas que pretende implementar.

Em primeiro lugar, a questão importante e, curiosamente, ignorada pela comunicação social, de que o resultado a que chega a “Comissão Constâncio” se trata de uma previsão de défice para 2005 e não de um défice apurado para o ano económico de 2004. Este factor é muito importante uma vez que, ao contrário do trabalho da mesma comissão em 2002, se trata, apenas, de uma previsão e não de um resultado consolidado.

Há aqui, claramente, um intuito político de criar um estado psicológico que permita implementar determinadas medidas gravosas para os portugueses em geral e para os trabalhadores da administração pública em particular.

O mais grave parece ser que a comissão europeia se prepara para penalizar, por antecipação, o nosso país em virtude, não de um resultado de défice consolidado (2004 estava dentro dos 3%) mas da previsão para 2005.

Por outro lado importará referir que, desde 2001, ano da entrada em vigor do PECO (Pacto de Estabilidade e Crescimento) os países que então violaram o tecto dos 3% são exactamente os mesmos que agora o continuam a fazer (Portugal, França, Alemanha e Itália). A explicação é simples: é impossível efectuar uma real consolidação orçamental em contraciclo, a menos que se peçam sacrifícios incomportáveis aos cidadãos.

Ora, como a economia europeia não arranca desde essa altura, só os países que, inteligentemente, efectuaram no período certo as reformas estruturais e a consolidação orçamental estavam e estão em condições de apresentar valores de défice abaixo do limite dos 3%.

Como é sabido, por cá, com os governos socialistas, e apesar da conjuntura extremamente favorável de que dispuseram, nada disso foi feito. Por seu turno, durante a vigência dos governos de coligação, liderados pelo PSD, a consolidação foi ensaiada tendo em consideração que era efectuada em contraciclo e que por esse motivo as reformas teriam que ser algo contidas para que os cidadãos não pagassem uma factura social muito elevada.

Isto é particularmente válido para os trabalhadores da administração pública. Os sacrifícios que lhes foram pedidos resumiram-se a um congelamento nas tabelas salariais, para os trabalhadores com vencimentos acima dos 500 Euros durante dois anos. Nunca se pôs em causa as progressões nas carreiras e a idade da aposentação.

Medidas do lado da receita – os inevitáveis

umentos de Impostos

Em termos globais, os TSD entendem que, do lado da receita, o incremento previsto através do aumento de impostos irá refrear a actividade económica, aumentar a inflação e sacrificar, desse modo, os mais desfavorecidos, favorecer a evasão fiscal, e, o que é mais grave, servirá para financiar mais Estado, ou seja, aumentar a despesa pública (o tal “monstro” a abater). Não há mais margem para aumentar impostos sem afectar a actividade económica.

Medidas do lado da despesa – o ataque aos trabalhadores da Administração Pública

Assiste-se, por seu turno, do lado da despesa, a um ataque indiscriminado e injustificado aos funcionários da administração pública, já que eles não são responsáveis, nem de perto nem de longe, pelo descontrolo da despesa pública em Portugal.

Convirá relembrar que, no passado recente, quando se criou o NSR (Novo Sistema Retributivo) em 1989, o número de funcionários existentes era ligeiramente superior ao meio milhão e, em paralelo, foi criado um quadro de excedentes (supranumerários) que permitia uma gestão flexível e dinâmica dos recursos humanos do Estado. Também no caso dos professores dos ensinos básico e secundário existia uma espécie de “filtro” na progressão aos escalões de remuneração mais elevada.

Em suma, com o NSR, melhorava-se substancialmente a retribuição dos funcionários da administração pública (que até aí tinham vencimentos indignos) mas geria-se com rigor quer o seu número total, quer a sua distribuição nos diferentes sectores, quer, inclusive, a sua progressão a escalões de maior remuneração e que representavam, por essa via, maiores encargos para o Estado.

Quando o primeiro governo do Eng. António Guterres tomou posse, o quadro de excedentes foi extinto, o “filtro” para a passagem dos docentes aos escalões de maior remuneração foi removido e, no final da sua governação, o número de funcionários da administração pública ultrapassava já os 700 mil.

Foi este último factor o grande responsável pelo descontrolo da despesa pública e pela sua rigidificação. Numa altura em que a conjuntura económica era favorável e que a taxa de desemprego era muito reduzida os socialistas optaram por criar “mais Estado” e, quando a receita diminuiu, Portugal viu-se confrontado com um problema orçamental que ainda hoje persiste, uma vez que, desde 2001, a nossa economia, à semelhança da europeia, vive um período de fraco crescimento e até de recessão técnica.

Curiosamente, ou talvez não, não existe no Plano de Estabilidade e Crescimento apresentado qualquer medida de diminuição negociada do número de funcionários da administração pública.

Procura igualmente, de algum modo, o governo apresentar um conjunto de medidas simbólicas por forma a argumentar que “os sacrifícios são para todos”. Estão neste registo as recentes medidas tendentes a “moralizar” a classe

política. Sem embargo, e embora entendamos que são correctas elas são todavia uma “cortina de fumo” para desviar as atenções do verdadeiro problema: não haverá uma verdadeira política de contenção da despesa (salvo no que diz respeito aos direitos dos funcionários da administração pública).

As SCUT – monumentos vivos ao despensismo socialista

Ainda do lado da despesa, não se entende (e os trabalhadores da administração pública em particular) porque motivo é que o serviço da dívida das SCUT (Auto-estradas Sem Custos para o Utilizador) não é repercutido nos utilizadores dessas vias.

Convirá ter em mente que, após um período de carência contratual, já em 2005, a factura será de 520 milhões de Euros, e seguirá em crescendo até ao ano de 2031, empenhando igualmente as futuras gerações. Ou seja, só no corrente ano a despesa será algumas vezes superior ao que se pretende poupar através dos cortes injustos nos direitos dos funcionários da administração pública.

São os socialistas no seu melhor: o calendário eleitoral a prevalecer sobre o interesse público e, não esqueçamos, 2005 será ano de eleições autárquicas.

Investimento Público deve ser reprodutor

Por último, foi anunciado um pacote de investimento público, com o aeroporto da Ota à cabeça, de reprodutibilidade duvidosa. Trata-se de um investimento vultoso, fortemente suportado pelo orçamento de Estado, marcadamente regionalizado e que, segundo a maioria dos especialistas, está longe de se justificar, uma vez que a actual instalação aeroportuária de Lisboa está longe de esgotar a sua capacidade e pode ser desdobrada, com vantagem, numa das bases aéreas existentes na região de Lisboa.

Poupanças nesta área permitiriam uma redução do lado da despesa, passível de ser canalizada para investimentos públicos verdadeiramente reprodutivos suprimindo carências das populações em diversos sectores, bem como “aliviar” a forte factura que está a ser exigida aos trabalhadores da administração pública.

Cenário de lutas laborais sem precedentes

Pelos motivos enunciados, compreende-se que se avizinham, no aspecto social, tempos de lutas laborais quase sem precedente no Portugal democrático. A convergência de pontos de vista entre sindicatos representantes dos trabalhadores da administração pública de filiações díspares é disso o melhor indício.

É a resposta a quem transforma os trabalhadores da administração pública nos bodes expiatórios de uma crise orçamental de que nunca foram responsáveis e para a qual nunca contribuíram. Foi o Partido Socialista que criou o “monstro” da dívida pública e do descontrolo orçamental e é o mesmo partido que aponta as soluções erradas para resolver o assunto.

(*) Secretário Nacional e Presidente do Secretariado Distrital de Setúbal dos TSD

JSD VISITA A FREGUESIA DE ÁGUEDA

No passado sábado, 28 de Maio, a JSD de Águeda, no âmbito da sua iniciativa: “**Visita às Freguesias do Concelho**”, esteve na Freguesia de Águeda, onde reuniu com o executivo local.

A JSD de Águeda agradeceu o excelente trabalho que esta equipa tem realizado ao longo mandato, trabalho esse, que segundo Carlos Franco “*muito nos orgulha enquanto jovens interessados no desenvolvimento sustentável do Concelho*”.

Gil Abrantes referiu que “Águeda é uma Freguesia diferente, com um pólo urbano e um pólo rural, necessitando por isso de especial atenção e adequação de esforços”. Referiram-se obras como: a limpeza da Freguesia, a remodelação do armazém da Junta, a aquisição de equipamento, a recuperação de vias e passeios, a criação de largos quilómetros de valetas, e obras como o Largo de St.º António, Parque da Nossa Senhora Bom Parto, entre outras. Outros aspectos dignos de relevo são a procura de manter boas relações com as Instituições presentes na Freguesia e a tentativa de estabelecer protocolos com organismos locais - o actual espaço Internet é um bom exemplo deste facto.

A terminar esta reunião de trabalho, Gil Abrantes, disse que “embora muito se tenha feito, há sempre mais a fazer” e aponta como um objectivo de futuro a “construção de um pavilhão gimnodesportivo”.



NESDULP debate e vota Tratado Constitucional Europeu

A Direcção do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade Lusíada do Porto está a realizar uma iniciativa de informação, debate e votação do Tratado Constitucional Europeu. Para o efeito elaborou-se uma Newsletter que será divulgada na Universidade, estando desde já disponível no blog www.nesdulp.motime.com.

Para além de serem distribuídos boletins de voto aos alunos, haverá também a possibilidade de “votar electronicamente”, por e-mail para o endereço nesdulp@hotmail.com.

A Direcção do NESDULP espera desta forma contribuir para a participação de todos neste importante momento da evolução da União Europeia.

Secção da JSD de Santarém organiza torneio de Futebol e participa em jantar de apoio à candidatura de Moita Flores



O jantar de apoio à candidatura de Francisco Moita Flores à presidência da Câmara de Santarém, que se realizou na passada sexta-feira, dia 3 de Junho no Salão de Festas “Quinta Nova”, foi um verdadeiro sucesso. Compareceram cerca de 1400 pessoas, número que ultrapassou as expectativas mais optimistas.

Sob o lema “Santarém – Virar de Página” este evento fica para a história como o jantar de candidatura com a maior participação de sempre, no concelho de Santarém. *Os jovens da JSD de Santarém, mais uma vez, mostraram estar em peso a apoiar a candidatura de Moita Flores participando activamente nesta iniciativa, colaborando na organização e colorindo e animando o evento.*

Num discurso livre e emotivo, Moita Flores cativou os presentes com uma mensagem de esperança e promessa de muito trabalho em prol do

desenvolvimento de Santarém. Apostar na juventude, captar investimentos e aproveitar as potencialidades do concelho para travar o envelhecimento da cidade são as principais bandeiras que a candidatura “Libertar Santarém” propõe para o “Virar de Página”.

No dia seguinte, 4 de Junho, decorreu na Freguesia de Casével a 7ª edição do Torneio de Futebol da JSD. Os jogos foram disputados de tarde, havendo além disso um porco no espeto.

Na entrega dos prémios aos vencedores estiveram presentes Francisco Moita Flores e o Presidente da Secção do PSD de Santarém. O terceiro lugar foi para a equipa da JSD de Casével/Santarém, o segundo para a JSD de Ourém e o primeiro para a equipa “da casa”, os jovens “Sete anões” de Casével.

Esta edição do torneio de futebol foi mais uma vez marcada pela animação e desportivismo. Para além das equipas de Santarém a organização agradece a presença das equipas que representaram várias secções do distrito: JSD de Almeirim, Ourém e Torres Novas. Em mais uma grande iniciativa ficou demonstrado que a promoção da prática desportiva e de uma vida saudável são também bandeiras da JSD.

JSD Coruche distribui folheto informativo

A sexta edição do “Jotinha”, boletim informativo da JSD/Coruche, já se encontra nas “bancas”. Destaca-se, entre outros, um artigo do companheiro Pedro Boiça, em que é feito o balanço das inúmeras actividades da JSD Coruche.

A edição online poderá ser consultada na página oficial da secção em:

<http://jsdcoruche.no.sapo.pt>

A estrutura prossegue o seu caminho informando os militantes e simpatizantes sobre as actividades desenvolvidas, propiciando desta forma a sua aproximação aos mesmos.

Apesar de não ser o primeiro passo, a JSD Coruche afirma: “*Uma longa caminhada começa sempre por um pequeno passo.*” Neste caso espera-se que tenha sido mais um passo na direcção de um bom resultado eleitoral no próximo mês de Outubro.

Governo erra a “receita” e apresenta PEC sem credibilidade

Miguel Frاسquilha (*)



No debate sobre a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2005-2009, no passado dia 9, o deputado Miguel Frاسquilha teve uma intervenção de grande alcance político, que lançou uma luz esclarecedora sobre os erros e tentativas de ocultação da verdade financeira, pelo Governo Socialista. Miguel Frاسquilha afirmou:

Debatemos hoje a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009. É um documento importante para o país – afinal, é nele que se reflectem as opções de política económica do Governo. O cenário económico previsto e também, e sobretudo, a estratégia de redução do défice público.

E aqui, infelizmente, este Programa de Estabilidade e Crescimento confirma os piores receios que se poderia esperar. Por três grandes motivos.

Em primeiro lugar, é um documento de que sobressai, da parte do Governo Socialista, a culpabilização dos funcionários públicos.

É errado e injusto que assim seja.

Porque não são os funcionários públicos, na sua maior parte quadros competentes, os culpados da situação a que se chegou.

A sua admissão e as condições de que dispõem são decididas pelos Governantes – a quem cabe, portanto, assumir as suas responsabilidades e não diabolizar os funcionários públicos.

Mas também porque as transformações que se impõem na Administração Pública portuguesa não podem, nem devem, ser feitas contra os funcionários públicos.

Em segundo lugar, o Programa de Estabilidade e Crescimento preconiza um aumento dos impostos, ao nível do IVA, Imposto sobre produtos petrolíferos, IRS e Imposto sobre o tabaco.

É errado e injusto que assim se proceda.

Aumentar os impostos é o modo mais fácil e imediato de reduzir o défice. Mas não é seguramente nem o

mais correcto, nem o mais sustentável.

Desde logo, porque com as dificuldades conjunturais e estruturais que a economia portuguesa atravessa – de que são exemplos a conjuntura externa desfavorável no primeiro caso, ou a baixa produtividade e o elevado endividamento de famílias, empresas e Estado no segundo – um aumento de impostos, directos ou indirectos, era a última coisa de que Portugal necessitaria neste momento.

E este aumento de impostos é injusto porque, em vez de, por exemplo, angariar receitas alternativas através da cobrança de portagens nas SCUT, o Governo faz com que sejamos todos a pagar, quer passemos ou não nessas vias. Não é esta a via mais adequada de promover a justiça social.

Somos pelo aumento da receita a partir do combate à fraude e evasão fiscal e na segurança social.

É justo. É recomendável.

O problema – e aqui reside o terceiro motivo de receio no que toca a este Programa – é que esses esforços não estão devidamente elencados, nem representam, de acordo com o Programa de Estabilidade e Crescimento agora actualizado, a maior fonte de angariação de receita até 2009: na verdade, a preços de 2005, enquanto que os progressos na combate à fraude e evasão fiscal permitirão, de acordo com as contas do Governo, aumentar a receita em cerca de 5 mil milhões de Euros, já o aumento de impostos poderá render 7 790 milhões de euros.

Mais grave ainda: as poupanças previstas do lado da despesa não ultrapassarão 7 865 milhões de euros até 2009.

Um Programa de Estabilidade e Crescimento “a pedido”, sem credibilidade, gasto e desactualizado

Tudo somado, verifica-se que até 2009, em todos os anos, o Governo conta mais, muito mais com o lado das receitas do que com a redução da despesa para fazer descer o défice. Em vez de se emagrecer o Estado, conta-se com mais receita baseada sobretudo em mais impostos para manter a “gordura” do Estado.

Assim, enquanto retira recursos às famílias e empresas, estrangulando a economia privada através do aumento de impostos, o Governo pretende através do dinheiro público dinamizar a actividade, utilizando uma fórmula gasta e desactualizada. Desvaloriza o que é saudável – que é ter uma economia privada forte e dinâmica – e tenta ser o motor da economia, o que além de errado, não é sustentável.

Mas ainda não é tudo. No cenário macroeconómico, seguramente por artes mágicas, o crescimento económico vai subindo ano após ano até que – veja-se a coincidência – em 2009, de acordo com as contas do Governo, dever-se-á registar um crescimento de 3%. Que curioso – exactamente o mesmo valor prometido pelo então candidato José Sócrates durante a campanha eleitoral!

Trata-se, pois, de um Programa de Estabilidade e Crescimento “a pedido”. E, como tal, sem credibilidade. Que não leva em conta as dificuldades conjunturais e estruturais que atravessamos. E que nem sequer contabiliza o efeito do aumento de impostos sobre a economia. As receitas previstas nunca baixam – pelo contrário, no imposto sobre os combustíveis e no imposto sobre o tabaco, as subidas previstas são mesmo espectaculares. O que o Governo não percebeu, para mal do país, é que já sem aumento de impostos atingir os tais milagrosos 3% em 2009 já era uma miragem. Imagine-se o que será com os impostos a aumentarem desta maneira! É verdade, senhores deputados, não podemos desdenhar a ocorrência de nova recessão. Estranho modo de proceder para quem faz do crescimento económico a sua prioridade...

Mas quanto ao PIB, ainda não é tudo. Sabe-se que já no próximo mês, à semelhança do que tem vindo a suceder um pouco por essa Europa fora, o INE irá rever a série do PIB, elevando o seu actual valor em cerca de 5%. Isso significa, “apenas”, Senhores Deputados, que o défice estimado para esta ano pela chamada “Comissão Constâncio”, seria de 6.5% e não de 6.83%. Ou seja, para chegar, como o Governo prevê no Programa de Estabilidade Crescimento, a 6.2% no final do ano, não era preciso aumentar os impostos. Na verdade, com a totalidade das medidas previstas, o défice no fim do ano será, isso sim, de 5.9% do PIB.

Até as contas do desemprego apresentadas neste Programa estão erradas!

Não podia deixar de referir ainda, que até as contas do desemprego apresentadas neste Programa estão erradas. Então não é que no primeiro trimestre deste ano o desemprego atingiu, infelizmente, uma taxa de 7.5%. E por isso, seria bom que o Governo explicasse como é que a taxa média prevista para este ano se situará em 7.4% – mais baixa do que os 7.5% do primeiro trimestre. É que, Senhores Deputados, com o crescimento económico previsto pelo Governo não vale a pena negar: o desemprego irá continuar a subir, não só neste ano nem apenas até ao próximo ano, como o Executivo prevê, mas infelizmente, bem mais do que isso.

O candidato José Sócrates bem prometeu criar 150 mil novos empregos até 2009; o Primeiro-Ministro José Sócrates, por este andar, nem um único emprego criará. Porque aplica a receita errada. Porque ainda não percebeu que actuando como prevê este Programa de Estabilidade e Crescimento pode “matar o doente pela cura”.

Não consolida o suficiente do lado da despesa.

É socialmente injusto.

Aumenta os impostos. E portanto, não é um Programa que promova a Estabilidade. E infelizmente, também não é um programa que promova o Crescimento.

Quem perde, naturalmente, são Portugal e os portugueses!

(*) Economista, Deputado

